

## **Minuta do PARECER DO NOVO ENEM**

### **Comissão Bicameral de Avaliação da Educação Básica:**

**Presidente:** Amábile Pacios

**Relatora:** Maria Helena Guimarães de Castro

#### **Membros:**

Alysson Massote

Augusto Buchweitz

Fernando Capovilla

Gabriel Gianattasio

José Barroso Filho

Luiz Curi

Mauro Rabelo

Mozart Ramos

Suely Menezes

### **1. HISTÓRICO:**

O novo ensino médio proposto pela Lei nº 13.415/2017 (BRASIL, 2017) e regulamentado pelas Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio - DCNEM [Resolução CNE/CEB nº 03/2018 (Brasil, 2018)] e pela Base Nacional Comum Curricular – BNCC Etapa do Ensino Médio [Resolução CNE/CP nº 04/2018 (BRASIL, 2018a)] apresenta grandes desafios para sua implementação. Estes documentos definem aspectos gerais de estruturação do ensino médio, mas deixam diversas possibilidades de construção dos currículos e de organização da oferta, a fim de atender às expectativas dos jovens estudantes de ensino médio e fortalecer seu protagonismo na definição da trajetória formativa mais alinhada ao seu projeto de vida.

O novo ensino médio propõe uma ruptura com o modelo único de currículo ofertado atualmente por meio do qual o processo de ensino-aprendizagem é realizado de forma fragmentada e superficial sem oferecer a formação necessária para o enfrentamento das demandas da sociedade do século XXI.

No modelo atual, independente das carreiras que irão seguir ao final do ensino médio, de inserção direta no mundo trabalho ou formação de nível superior, os estudantes devem seguir o mesmo currículo, oferecido para todas as áreas do conhecimento, impedindo a possibilidade de um aprofundamento dos objetos de conhecimento mais relevantes para a trajetória profissional que o estudante pretende seguir.

No Novo Ensino Médio, ao propor uma organização curricular com uma parte de formação geral básica para a vida, onde devem ser desenvolvidas as competências e habilidades essenciais previstas na BNCC, e uma outra parte focada na preparação para as carreiras profissionais - que permite ao estudante escolher os temas que deseja aprofundar, a nova estrutura flexível e diversificada do sistema busca estimular a construção de um percurso formativo mais atraente e sintonizado com as expectativas das juventudes.

Esta nova arquitetura do ensino médio requer um novo exame de acesso ao ensino superior. O ENEM atual, exame nacional de acesso ao ensino superior, avalia da mesma forma todos os candidatos inscritos e não abre espaço para avaliar diferentes trajetórias dos estudantes, independente de suas escolhas profissionais. As provas do ENEM baseiam-se em matrizes de avaliação que fazem um recorte curricular de conteúdos obrigatórios para a seleção de estudantes, independente das carreiras de seu interesse, sem considerar diferentes perfis de egressos do ensino médio e suas escolhas em relação ao futuro. Portanto, além de estar totalmente desconectado da concepção pedagógica da BNCC, o atual Enem também não dialoga com a arquitetura mais flexível e diversificada do novo ensino médio.

### **Marcos legais e normativos do Novo Ensino Médio**

O novo Ensino Médio está regulamentado por um conjunto de normas e documentos que definem e detalham diversos de seus dispositivos.

O primeiro deles é a **Lei nº 13.415 de 16 de fevereiro de 2017** que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e a Lei nº 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral.

O marco legal do novo ensino médio tem como base quatro pilares fundamentais que orientam as novas formas de oferta curricular.

O primeiro deles trata da flexibilização/diversificação do ensino médio por meio da proposta de estruturar os currículos dessa etapa da educação básica com uma parte de escolha do estudante conforme a oferta da escola onde ele está matriculado, permitindo a diversificação da oferta dentro da carga horária regular, uma vez que as escolas poderão se organizar com oferta de diferentes percursos formativos para o estudante do ensino médio.

Outro pilar, também relacionado a esta diversificação, abre a possibilidade de oferta de itinerários técnico-profissionalizantes dentro do currículo regular. Isto permite uma maior articulação entre o ensino médio, o mundo do trabalho e a educação profissional, viabilizando uma formação profissional para o jovem ainda dentro do Ensino Médio sem exigir sua matrícula em tempo integral.

A formação integral do estudante se constitui no terceiro pilar do novo ensino médio. A necessidade de foco no desenvolvimento das competências socioemocionais é ressaltada tanto na Lei quanto nos documentos normativos. Além disso, por meio da BNCC e suas dez competências gerais, além dos referenciais de elaboração dos itinerários, a formação integral adquire relevância na parte da formação geral comum e se consolida na parte dos itinerários.

Finalmente, o conceito de educação em tempo integral presente no marco legal não deve ser confundido com uma escola em tempo integral. Apesar de estimular um programa de fomento para a escola de tempo integral, a Lei nº 13.415/2017 reconhece que a transformação de todas as escolas de ensino médio em escolas de tempo integral não é possível por vários fatores econômicos e culturais. Por isso a Lei inova com a

introdução de diversos dispositivos que permitem que o processo de ensino-aprendizagem se dê em ambientes diversos da escola de matrícula do aluno, com diversas possibilidades de cômputo de atividades extra escola na carga horária do estudante, desde que estejam relacionadas com as competências e habilidades que o currículo do Ensino Médio da escola pretende desenvolver, consolidando assim o conceito de educação em tempo integral.

Entretanto, não é possível compreender a estrutura e as inovações propostas para o ensino médio olhando apenas para a Lei nº 13.415/2017. Esta é uma Lei que, de forma excepcional no Brasil, não determina o que deve ser feito, mas sugere possibilidades diversas de oferta do ensino médio, exigindo uma série de regulamentações adicionais.

Tais regulamentações vêm na forma de normas que foram ou serão emitidas pelos Conselhos Nacional e Estaduais de Educação, cada um no âmbito de suas competências.

Assim, o Conselho Nacional de Educação – CNE revisou as Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio – DCNEM por meio da **Resolução CNE/CEB nº 3, de 21 de novembro de 2018**, que atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio regulamentando vários dispositivos apresentados na Lei.

Também o CNE aprovou as aprendizagens essenciais que todos os estudantes do ensino médio devem desenvolver independente de sua opção curricular e local de estudo. A chamada BNCC – etapa do Ensino Médio foi aprovada por meio da **Resolução CNE/CP nº 4, de 17 de dezembro de 2018**, a qual institui a Base Nacional Comum Curricular na Etapa do Ensino Médio (BNCC-EM), como etapa final da Educação Básica, nos termos do artigo 35 da LDB, completando o conjunto constituído pela BNCC da Educação Infantil e do Ensino Fundamental, com base na Resolução CNE/CP nº 2/2017, fundamentada no Parecer CNE/CP nº 15/2017.

A partir da aprovação da BNCC – etapa do Ensino Médio, as instituições ou redes de ensino devem fazer a adequação de seus currículos do ensino médio considerando uma parte de formação geral básica e outra parte de itinerários formativos.

A **formação geral básica** é composta por competências e habilidades previstas na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), enriquecidas pelo contexto histórico, econômico, social, ambiental, cultural local, do mundo do trabalho e da prática social, organizada por áreas de conhecimento:

- I - Linguagens e suas tecnologias;
- II - Matemática e suas tecnologias;
- III - Ciências da natureza e suas tecnologias;
- IV - Ciências humanas e sociais aplicadas.

Os **itinerários formativos** podem ser organizados, considerando o aprofundamento de conhecimentos em arranjos curriculares contextualizados localmente e as possibilidades de oferta pelos sistemas de ensino, dentro dos seguintes eixos estruturantes:

- I - Linguagens e suas tecnologias
- II - Matemática e suas tecnologias
- III - Ciências da natureza e suas tecnologias
- IV - Ciências humanas e sociais aplicadas
- V - Formação técnica e profissional
- VI - **Itinerários formativos integrados**, ofertados por meio de arranjos curriculares que combinem mais de uma área de conhecimento e da formação técnica e profissional.

Os currículos do ensino médio podem considerar **competências eletivas complementares** do estudante como forma de ampliação da carga horária do itinerário formativo escolhido, atendendo ao projeto de vida do estudante.

Ao mesmo tempo, os currículos do ensino médio devem ser orientados pela **formação integral** do estudante, expressa por valores, aspectos físicos, cognitivos e socioemocionais, sendo que as propostas pedagógicas devem incluir **o projeto de vida do estudante** com o objetivo de promover seu autoconhecimento e orientar o planejamento da carreira profissional almejada, a partir de seus interesses, talentos, desejos e potencialidades.

A Resolução CNE/CEB nº 3/2017 dispõe que a definição de itinerários formativos e dos seus respectivos arranjos curriculares deve ser orientada pelo perfil de saída almejado para o estudante com base nos Referenciais para a Elaboração dos Itinerários Formativos, e deve ser estabelecido pela instituição ou rede de ensino, considerando os interesses dos estudantes, suas perspectivas de continuidade de estudos no nível pós-médio e de inserção no mundo do trabalho. Ao mesmo tempo o CNE delegou ao MEC a elaboração deste Referenciais, conforme estabelecido pela **Portaria MEC nº 1.432, de 28/12/2018** que estabelece os referenciais para elaboração dos itinerários formativos e apresenta um conjunto de habilidades a serem desenvolvidos pelos estudantes em quatro eixos estruturantes: investigação científica, processos criativos, mediação e intervenção sociocultural e empreendedorismo.

### **Implementação do novo ensino médio**

Por meio da Portaria nº 521, de 13 de julho de 2021 (BRASIL, 2021a) o MEC definiu o seguinte cronograma nacional para a implementação do Novo Ensino Médio:

Art. 4º A implementação nos estabelecimentos de ensino que ofertam o ensino médio dos novos currículos, alinhados à BNCC e aos itinerários formativos, obedecerá ao seguinte cronograma:

I - No ano de 2020: elaboração dos referenciais curriculares dos estados e do Distrito Federal, contemplando a BNCC e os itinerários formativos;

II - No ano de 2021: aprovação e homologação dos referenciais curriculares pelos respectivos Conselhos de Educação e formações continuadas destinadas aos profissionais da educação;

III - No ano de 2022: implementação dos referenciais curriculares no 1º ano do ensino médio;

IV - No ano de 2023: implementação dos referenciais curriculares nos 1º e 2º anos do ensino médio;

V - No ano de 2024 - implementação dos referenciais curriculares em todos os anos do ensino médio; e

VI - Nos anos de 2022 a 2024 - monitoramento da implementação dos referenciais curriculares e da formação continuada aos profissionais da educação.

Os referenciais curriculares citados na referida Portaria estão sendo elaborados pelas Secretarias de Educação e homologados pelo Conselhos Estaduais de Educação.

Até o final de outubro de 2021, segundo o Observatório da Implementação da BNCC e do Novo Ensino Médio do Movimento pela Base, vinte e quatro unidades da federação já haviam encaminhado seus referenciais curriculares para análise dos respectivos Conselhos de Educação, sendo que dezoito destes referenciais já haviam sido homologados.



## Marcos legais e normativos para o ENEM a partir novo ensino médio

Considerando as mudanças a serem realizadas no ensino médio, a Lei nº 13.415/2017 introduziu na LDB as seguintes alterações no artigo que trata do acesso ao ensino superior:

Art. 5º O art. 44 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescido do seguinte § 3º:

"Art. 44. ....  
 § 3º O processo seletivo referido no inciso II considerará as competências e as habilidades definidas na Base Nacional Comum Curricular." (NR)

Já a Resolução CNE/CP nº 03/2018 trouxe as seguintes disposições sobre o ENEM e demais processos de seleção para acesso ao ensino superior.

Art. 32. As matrizes do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e dos demais processos seletivos para acesso à educação superior deverão necessariamente ser elaboradas em consonância com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e o disposto nos Referenciais para a Elaboração dos Itinerários Formativos.

§ 1º O Exame Nacional do Ensino Médio será realizado em duas etapas, onde a primeira terá como referência a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a segunda, o disposto nos Referenciais para a Elaboração dos Itinerários Formativos.

§ 2º O estudante inscrito no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) escolherá as provas do exame da segunda etapa de acordo com a área vinculada ao curso superior que pretende cursar.

§ 3º As instituições de ensino superior deverão considerar para fins de acesso os resultados de ambas as etapas do Exame Nacional do Ensino Médio, quando for o caso.

[...]

Art. 35.

[...]

§ 1º O Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) deverá ser adequado ao disposto nesta Resolução, de acordo com cronograma a ser proposto pelo Ministério da Educação (MEC).

A Resolução CNE/CP nº 04/2018 indicou que:

Art. 13. As matrizes de referência das avaliações e dos exames, em larga escala relativas ao Ensino Médio, devem ser alinhadas à BNCC-EM, no prazo máximo de 4 (quatro) anos a partir da publicação desta.

Finalmente, a Portaria MEC nº 521/2021 definiu o seguinte cronograma para o ENEM:

Art. 7º A atualização da matriz de avaliação do Novo Enem obedecerá ao seguinte cronograma:

I - No ano de 2021: elaboração e consolidação da versão preliminar das matrizes de avaliação das quatro áreas de conhecimento para a formação geral básica e os itinerários formativos;

II - No ano de 2022: validação pedagógica das matrizes das quatro áreas do conhecimento, para a formação geral básica e os itinerários formativos, e elaboração da versão final;

III - No ano de 2022: elaboração do documento básico do exame;

IV - No ano de 2022: publicação da portaria do Enem, conforme as diretrizes do Novo Ensino Médio; e

V - No ano de 2024: aplicação do Enem, conforme as diretrizes do Novo Ensino Médio.

Parágrafo único. Compete ao Inep, conforme o art. 20 da Portaria MEC no 458, de 2020, promover a elaboração e publicação das matrizes de avaliação do Enem, bem como a aplicação das provas, contemplando a BNCC e os itinerários formativos.

## **2. A IMPLEMENTAÇÃO DO ENEM**

### **2.1 Linha do tempo <sup>1</sup>**

Após a aprovação da LDB, em dezembro de 1.996, que consagrou o Ensino Médio como etapa final da educação básica, o MEC abre um amplo debate acerca da avaliação dos egressos do ensino médio. Discutia-se a possibilidade de avaliação individual voluntária de estudantes para a continuidade dos estudos e sua inserção no mundo do trabalho. A criação do ENEM em 1.998 foi fruto deste debate que envolveu diferentes atores. A ideia inicial da gestão do MEC era oferecer um exame nos moldes do SAT americano, avaliação de caráter voluntário que poderia ser utilizada por instituições de ensino superior como um dos critérios de acesso ao ensino superior, respeitando a sua autonomia, mas com o objetivo de avaliar o perfil de saída dos egressos do ensino médio independente da opção dos estudantes em relação ao seu futuro profissional.

Pode-se afirmar que o ENEM passou por 2 etapas principais:

- a. De 1.998 a 2008: exame de caráter voluntário para egressos do ensino médio com a finalidade de servir como autoavaliação dos estudantes e orientá-los em relação ao futuro;
- b. De 2.009 até os dias de hoje: transformado em exame de seleção nacional de estudantes para o acesso ao ensino superior.

### **1.998 a 2.008: estrutura e organização do ENEM.**

A Portaria nº 438, de 28 de maio de 1998, institui o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), como procedimento de avaliação do desempenho do estudante, tendo por objetivos:

---

<sup>1</sup> Ver a respeito: Vozes da Educação, 2021.

- conferir parâmetro para a autoavaliação, com vistas à continuidade de sua formação e à sua inserção no mercado de trabalho;
- criar referência nacional para os egressos de qualquer das modalidades do Ensino Médio;
- fornecer subsídios às diferentes formas de acesso ao ensino superior e a cursos profissionalizantes.

Aplicado anualmente, o Enem passou a avaliar as competências e habilidades desenvolvidas pelos estudantes durante a Educação Básica, tendo como base uma matriz de competências criada para o exame. Para realizar a avaliação, ficou definido o pagamento de uma taxa de inscrição. Em contrapartida, o participante recebia um Boletim de Resultados, com informações sobre o seu desempenho individual e em relação ao resultado global. A prova continha uma redação e 63 questões, era realizada em um único dia e tinha duração de 4 horas. Tratava-se de uma prova de avaliação de competências das áreas de conhecimento com questões de abordagem multidisciplinar que buscavam aferir a capacidade de argumentação, solução de problemas, o raciocínio lógico e crítico dos estudantes.

### **1999**

Foi criado o Comitê Técnico Consultivo, cujo objetivo era aperfeiçoar a estrutura técnica e metodológica do Enem. Em 1999, além do Boletim de Resultados, começou a ser divulgado o Boletim da Escola, contendo análise geral e por competências, do desempenho dos concluintes do Ensino Médio da instituição. Para tanto, era necessário comprovar que, pelo menos, 90% dos alunos haviam realizado o exame. Neste ano, o número total de instituições de ensino superior que aderiram ao exame como parte de seus processos seletivos saltou de duas, em 1998, para 93, em 1999.

### **2001**

A Portaria nº 318, de 22 de fevereiro de 2001, estabelece a isenção da taxa de inscrição para estudantes concluintes do Ensino Médio e do Programa de Educação de Jovens e Adultos das escolas públicas. Com isso, houve um aumento expressivo no número total de inscrições, sendo que 82% dos participantes haviam sido beneficiados pela isenção. A parte objetiva do exame, composta por 63 questões de conhecimentos gerais, é construída a partir da matriz de competências do Enem, enquanto a redação passou a propor a resolução de uma situação problema.

### **2002**

Portaria nº 391, de 7 de fevereiro de 2002, regulamenta que todas as instituições deverão incluir uma prova de redação, de caráter eliminatório, em seus processos seletivos. O participante poderia utilizar a sua nota na redação do Enem para fins de cumprimento da Portaria. Neste ano, o exame foi aplicado em 600 Municípios, teve a participação de 2 milhões de alunos e mais de 450 instituições de educação superior já utilizavam os resultados dele em seus processos seletivos. Entre elas, destacavam-se as universidades paulistas – USP, Unicamp e Unesp, além de várias instituições públicas estaduais, comunitárias e particulares. As universidades públicas federais não aderiram ao ENEM.

## **2004**

É instituído o Programa Universidade para Todos (ProUni), viabilizando a concessão de bolsas integrais e parciais para estudantes de cursos de graduação e sequenciais de formação específica. Para tanto, ficou definido que o bolsista seria pré-selecionado com base nos seus resultados e perfil socioeconômico no Enem. Tal iniciativa consolidou ainda mais a adesão das instituições de ensino superior ao exame.

Também em 2004, o número do CPF foi incluído na ficha de inscrição, viabilizando o acompanhamento da trajetória de cada participante, tanto no âmbito de sua formação quanto na sua inserção no mercado de trabalho.

## **2005**

Editada a Portaria nº 2.729, 08 de agosto de 2005, tendo em vista o aumento considerável da demanda pelo Fundo de Financiamento do Estudante do Ensino Superior (FIES), os critérios para concessão de financiamento são revistos, de modo que a distribuição dos recursos passa a ser realizada considerando a classificação pelos resultados obtidos no Enem.

## **2009 até 2021: Novo Modelo do ENEM- exame de seleção de estudantes para o acesso ao ensino superior**

Em 2009, ocorre uma mudança na estrutura do ENEM com alterações significativas na sua finalidade, no desenho e nas características do exame.

A partir de uma articulação do MEC com as IFES e institutos federais, o INEP promove mudanças substanciais no ENEM: a reformulação do exame a partir das matrizes do ENCCEJA e definição de novos objetivos.

Transformado em vestibular nacional ou em seleção nacional de estudantes para o acesso ao ensino superior, as novas matrizes incorporam conteúdos programáticos dos vestibulares das universidades e o exame passa a avaliar cada uma das 4 áreas do conhecimento e uma redação. A **Teoria da Resposta ao Item** é adotada para permitir a comparabilidade dos resultados do ENEM ao longo dos anos. O exame passa a ser aplicado em 2 dias; introduz a definição de nota de corte para certificação de ensino médio de alunos acima de 18 anos que não haviam concluído a educação básica.

A mudança mais relevante foi transformar os resultados do ENEM em principal critério (ou critério único) de acesso às universidades federais com a criação do SISU.

Além disso, por meio da Portaria nº 109, de 27 de maio de 2009, as matrizes de referência do Enem são divididas por áreas do conhecimento e orientam-se pelas matrizes do ENCCEJA de nível médio. Com isso, a avaliação passa a ser composta por quatro provas, que se subdividem nas seguintes áreas: Linguagens e códigos e suas tecnologias, Ciências da Natureza e suas tecnologias, Ciências Humanas e suas tecnologias e Matemática e suas tecnologias. A redação foi mantida tal como antes, contudo o quantitativo de questões objetivas de múltipla escolha é alterado de 63 para 180, sendo 45 questões em cada área. O exame começa a ser aplicado em dois dias (sábado e domingo).

O cálculo da nota dos participantes passa a ser realizado pela Teoria de Resposta ao Item (TRI), sendo estabelecida a Escala de Proficiência do Enem. A decisão de utilizar a TRI teve como principal finalidade permitir a comparabilidade dos resultados entre as diferentes edições.



É estabelecido a utilização dos resultados do exame como certificação de conclusão do Ensino Médio para jovens e adultos com mais de 18 anos. Para tanto, o participante deve alcançar nota mínima de 500 pontos na redação e pelo menos 400 pontos em cada área do conhecimento. No ano de 2009, o Enem se torna o principal instrumento de acesso às instituições de Ensino Superior e passa a influenciar diretamente os currículos de ensino médio.

## **2010**

A Portaria nº 2, de 26 de janeiro de 2010, institui o Sistema de Seleção Unificada (SiSU), por meio do qual, com base nos resultados obtidos pelos estudantes no Enem, as instituições públicas de ensino superior selecionam os candidatos de acordo com as vagas ofertadas.

## **2012**

Portaria nº 21, de 5 de novembro de 2012, regulamenta a Portaria nº 2 de 2010, detalhando o funcionamento do SISU e impossibilitando seu uso para oferta de vagas nas modalidades de cursos de ensino à distância ou que exijam teste de habilidade específica.

## **2015**

Por meio do Edital nº 6, de 15 de maio de 2015, pela primeira vez, participantes com menos de 18 anos e que ainda não concluíram o Ensino Médio são impedidos de utilizar o resultado no Enem para ingresso no Ensino Superior, mas podem participar do exame apenas para fins de autoavaliação de conhecimentos. O documento abordou, também, a possibilidade de aplicar um Enem Digital para tais participantes.

Já a Portaria nº 8, de 2 de julho de 2015, determinou, como um dos requisitos para solicitação do FIES, que o estudante tenha participado do Enem a partir da edição de 2010, além de ter obtido média aritmética das notas nas provas igual ou superior a 450 pontos, e nota na redação superior a zero.

## **2017**

A Portaria nº 468, de 3 de abril de 2017, determina como objetivo principal do Enem aferir se os estudantes concluintes do Ensino Médio demonstram, individualmente, domínio dos conhecimentos esperados ao final dessa etapa de ensino. Revoga, portanto, a Portaria nº 807, de 18 de junho de 2010, que estabelecia que o Enem poderia ser utilizado para certificação de conclusão da Educação Básica. Dessa forma, o Exame Nacional de Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja) torna-se, novamente, a avaliação responsável pela certificação do Ensino Médio para pessoas acima de 18 anos que não concluíram a etapa na idade certa.

Por meio do Edital nº 13, de 7 de abril de 2017, a avaliação passa a ser aplicada em dois domingos consecutivos, e não mais em um único final de semana.

Em 15 de setembro de 2017, foi encerrada a divulgação anual das médias por escola das proficiências obtidas no Enem pelos participantes concluintes do Ensino Médio. Segundo o Inep, em 2016 e 2017, houve um consenso interno a respeito da necessidade de descontinuar a divulgação dos resultados do Enem por Escola. Ainda, o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) foi aprimorado, passou a avaliar todas os alunos do terceiro ano do ensino médio de escolas públicas por ter instrumentos mais

adequados para a avaliação da qualidade da educação ofertada nos sistemas de educação e nas escolas brasileiras.

## **2018**

O Decreto nº 9.432, de 29 de junho de 2018, regulamenta a Política Nacional de Avaliação e Exames da Educação Básica, que será orientada pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Integram a política: o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), que tem como objetivo aferir o domínio de competências e habilidades esperadas ao final da educação básica, podendo ser usado como mecanismo de acesso ao ensino superior e aos programas governamentais de financiamento; o Sistema de Avaliação da Educação (Saeb), que tem por função a produção e disseminação de evidências sobre a qualidade da Educação Básica; e o Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja), que objetiva aferir as competências e habilidades de jovens e adultos que não concluíram os ensinos fundamental e médio na idade certa, podendo ser usado para fins de certificação de níveis de ensino.

No período 2009-2019, observa-se ampliação significativa do número de inscritos no ENEM, com impacto crescente no orçamento do INEP. O SISU torna-se o principal atrativo do ENEM com a adesão das IFEs e muitas universidades estrangeiras passam a aceitar os resultados do ENEM nos seus processos seletivos. Neste período, o ensino médio brasileiro é fortemente influenciado pelo ENEM, com grande adesão da sociedade, das escolas públicas e particulares.

## **2020**

A Portaria nº 458, de 5 de maio de 2020, estabelece que o Enem tem como objetivo aferir o domínio das competências e das habilidades esperadas ao final da educação básica, de acordo com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN). Determina que o exame será realizado anualmente, com a possibilidade de aplicação de várias edições, observando-se regulamentos publicados pelo Inep.

## **2021**

Por meio da Portaria nº 411, de 17 de junho de 2021 (BRASIL, 2021), é instituído Grupo de Trabalho, no âmbito do Ministério da Educação, com a finalidade de discutir e propor as diretrizes estruturantes do Enem e do Encceja, tendo em vista as recentes alterações ocorridas no âmbito da Educação Básica.

Finalmente, a Portaria nº 521, de 13 de julho de 2021, institui o Cronograma Nacional de Implementação do Novo Ensino Médio, atualizando a matriz de avaliação do Novo Enem, com os seguintes prazos:

- 2021: elaboração e consolidação da versão preliminar das matrizes de avaliação das quatro áreas de conhecimento para a formação geral básica e os itinerários formativos;
- 2022: validação pedagógica das matrizes das quatro áreas do conhecimento, para a formação geral básica e os itinerários formativos, e elaboração da versão final; elaboração do documento básico do exame; publicação da portaria do Enem;
- 2024: aplicação do Novo Enem adaptado ao novo Ensino Médio e à BNCC.

## 2.2 Matrizes do Enem (1998 a 2021)

### O ENEM original

Entre 1998 e 2008, a implementação do ENEM seguiu os mesmos princípios e objetivos. A criação do ENEM, em 1998, por iniciativa do MEC/INEP, foi realizada em estreita sintonia com as diretrizes do ensino médio, aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação no mesmo ano. Seu principal objetivo era aferir o desenvolvimento de competências e habilidades ao final da escolaridade básica, de acordo com os dispositivos da LDB de 1996. Tinha por objetivos conferir ao indivíduo parâmetros para a sua autoavaliação, além de criar referência nacional para os egressos de qualquer das modalidades do ensino médio. Constituiu-se em alternativa para o acesso à educação superior, e a partir de 2004 serve como critério do Prouni.

O ENEM original<sup>2</sup> foi elaborado a partir da definição de uma Matriz de **cinco competências fundamentais** que deveriam ser desenvolvidas pelos estudantes ao longo da educação básica:

1. Dominar a norma culta da Língua Portuguesa e fazer uso das linguagens matemática, artística e científica.
2. Construir e aplicar conceitos das várias áreas do conhecimento para a compreensão de fenômenos naturais, de processos histórico-geográficos, da produção tecnológica e das manifestações artísticas.
3. Selecionar, organizar, relacionar, interpretar dados e informações, representados de diferentes formas, para tomar decisões e enfrentar situações-problema.
4. Relacionar informações, representadas em diferentes formas, e conhecimentos disponíveis em situações concretas, para construir argumentação consistente.
5. Recorrer aos conhecimentos desenvolvidos na escola para elaboração de propostas de intervenção solidária na realidade, respeitando os valores humanos e considerando a diversidade sociocultural.

**As 21 habilidades** que orientavam a elaboração dos itens da prova resultaram das associações entre os processos cognitivos e os conteúdos gerais das disciplinas das áreas de conhecimentos, definidas nas diretrizes do ensino médio aprovadas pelo CNE em 1998.

As habilidades avaliadas no ENEM original representam o cruzamento de duas dimensões. De um lado, as cinco competências estruturais que representam os domínios necessários à construção de conhecimentos e para o aprendizado ao longo da vida. De outro lado, os princípios da LDB que estabelecem o final da escolaridade básica como a etapa em que os jovens devem dominar os princípios científicos e tecnológicos e os sociológicos e filosóficos que presidem a vida contemporânea<sup>3</sup>.

Para avaliar essas competências, aplicava-se uma única prova, com 63 questões de múltipla escolha, construídas com abordagem interdisciplinar, contextualizadas e

---

<sup>2</sup> MEC/INEP. Diretoria de Avaliação da Educação Básica. **Matriz de Referência para Avaliação do ENEM**. Brasília: INEP, 1998.

<sup>3</sup> MEC/INEP. Diretoria de Avaliação para Certificação de competências. ENEM- **Relatórios Pedagógicos**. Brasília: Inep, 1999, 2000, 2001 e 2002.

organizadas em situações-problema. As questões objetivas eram de igual valor e geravam uma nota global que correspondia à soma dos pontos atribuídos às questões acertadas. Cada uma das 21 habilidades era medida três vezes ( 3 questões para cada habilidade).

A interpretação da nota era estruturada a partir de cada uma das cinco competências, pelas relações estabelecidas com as respectivas habilidades e as questões a elas relacionadas, gerando assim uma nota de zero a 100 para cada uma das 5 competências.

Os temas da redação referiam-se a problemas sociais, cuja reflexão era de grande valor para a juventude. Os critérios de correção da redação avaliavam as mesmas cinco competências estruturais do exame. As orientações para a correção atribuíam pontos a partir das seguintes competências previstas para o texto dissertativo argumentativo:

1. Demonstrar domínio da norma culta da língua escrita.
2. Compreender a proposta da redação e aplicar conceitos das várias áreas de conhecimento para desenvolver o tema.
3. Selecionar, relacionar, organizar e interpretar informações, fatos, opiniões e argumentos em defesa de um ponto de vista.
4. Demonstrar conhecimento dos mecanismos linguísticos necessários para a construção da argumentação.
5. Elaborar proposta de intervenção para o problema abordado demonstrando respeito aos direitos humanos.

Portanto, o ENEM original sinalizou um conceito mais abrangente de aprendizagem: aprendizagem por resolução de problemas, interdisciplinaridade e contextualização<sup>4</sup>.

Os resultados individuais eram enviados para a casa dos alunos em Boletim, com a nota da redação separada da prova objetiva, e com a interpretação dos resultados em cada uma das cinco competências. Os dados individuais eram mantidos em sigilo e as escolas de ensino médio tinham os resultados de seus alunos em boletins especiais quando 90% dos concluintes participavam do exame, de acordo com os dados do Censo Escolar. Em 2001, mais de 450 instituições de ensino superior utilizaram os resultados em seus processos seletivos de forma única ou complementar a outros critérios de acordo com a decisão da instituição.

O Enem original constituía-se em um bom instrumento para qualificar o desempenho dos estudantes egressos do ensino médio e não para selecioná-los ou classificá-los como o vestibular tradicionalmente faz.

### **O ENEM atual**

Para entender o ENEM atual, é preciso entender o Encceja, pois foi a junção das duas matrizes – a Matriz do Enem original e as Matrizes do Encceja, que deu origem ao Enem atual, implantado a partir de 2009.

O Encceja – Exame Nacional de Certificação de Jovens e Adultos<sup>5</sup>, ofereceu uma avaliação nacional de competências e habilidades, de acordo com os preceitos legais que atendesse ao perfil da população que não teve oportunidade de realizar o ensino regular em idade apropriada.

---

<sup>4</sup> MEC/ INEP. **Matriz de Referência para Avaliação do ENEM**. Brasília: INEP, 1998.

<sup>5</sup> MEC/INEP. **Matriz de Referência para Avaliação do Encceja, Ensino Médio**. Brasília: INEP, 2001.

O Enem atual tem como referências uma lista de 30 habilidades escolhidas das Matrizes do Encceja<sup>6</sup> para as quatro áreas de conhecimento, acrescidas de uma lista de conteúdos por disciplina dentro de cada área. Esta nova lista de conteúdos foi acrescentada num exame organizado por áreas do conhecimento.

As provas avaliam 45 questões de cada área, sendo aplicadas em dois dias. A partir de 2009, passou a usar a TRI para calibrar os itens antes da prova e para analisar seus resultados.

O ENEM atual descaracteriza o ENEM original, que visava romper os vínculos tradicionais do ensino médio com o vestibular, e recupera o sentido de uma educação básica comprometida com o ensino superior, ao se tornar um vestibular nacional, um processo de seleção extremamente competitivo.

Com o objetivo de democratizar o acesso ao ensino superior, o MEC pretendia também induzir a mobilidade acadêmica e a reestruturação curricular do ensino médio. No entanto, o impacto do ENEM atual sobre o currículo do ensino médio reforçou ainda mais seu caráter conteudista, reduzindo o ensino médio à etapa preparatória de acesso ao ensino superior.

O ENEM atual, ao se basear nas matrizes do ENCCEJA sem definir fundamentos e referenciais teórico e metodológicos que vinculem o exame ao perfil de saída da escolaridade básica, acabou reforçando o modelo único de ensino médio, atrelado a um processo seletivo nacional unificado de acesso ao ensino superior, sem oferecer a diversidade de organização que o Novo Ensino Médio propõe e que os jovens anseiam.

Assim, com as características descritas acima, o ENEM atual, implantado a partir de 2009, é composto por quatro provas objetivas, com 45 questões cada, e uma redação:

- Linguagens, Códigos e suas Tecnologias: a seção inclui Língua Portuguesa, uma língua estrangeira (espanhol ou Inglês), Literatura, Artes, Educação Física, Tecnologias da Informação e Comunicação;
- Matemática e suas Tecnologias: o caderno aborda as mais variadas ramificações do conhecimento numérico e suas aplicações na resolução de problemas;
- Ciências da Natureza e suas Tecnologias: aqui, entram as disciplinas Biologia, Química e Física;
- Ciências Humanas e suas Tecnologias: engloba matérias relacionadas ao entendimento do ser humano acerca de sua própria existência, como História, Geografia, Filosofia e Sociologia.

As provas são estruturadas em quatro matrizes de referência, a partir das matrizes do Encceja do Ensino Médio, uma para cada área de conhecimento, baseadas nos seguintes eixos cognitivos:

- Dominar linguagens (DL): Dominar a norma culta da língua portuguesa e fazer uso das linguagens matemáticas, artísticas e científicas e das línguas espanhola e inglesa.

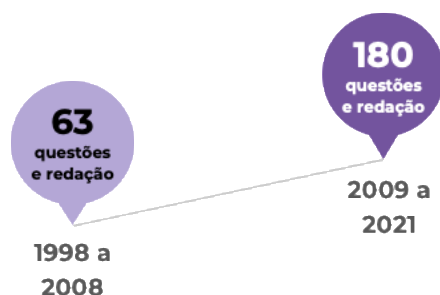
---

<sup>6</sup> As matrizes do Encceja do nível médio eram constituídas por 45 habilidades para cada área do conhecimento.

- Compreender Fenômenos (CF): Construir e aplicar conceitos de várias áreas do conhecimento para a compreensão de fenômenos naturais, de processos históricos-geográficos, da produção tecnológica e das manifestações artísticas.
- Enfrentar situações-problema (SP): Selecionar, organizar, relacionar, interpretar dados e informações representadas de diferentes formas, para tomar decisões e enfrentar situações-problema.
- Construir argumentação (CA): Relacionar informações representadas em diferentes formas e conhecimentos disponíveis em situações concretas para construir argumentação consistente
- Elaborar propostas (EP): Recorrer aos conhecimentos desenvolvidos na escola para a elaboração de propostas de intervenção solidária na realidade, respeitando os valores humanos e considerando a diversidade sociocultural.

### 2.3 Dados gerais do ENEM

As imagens que seguem mostram a evolução do ENEM de 1998 a 2020.

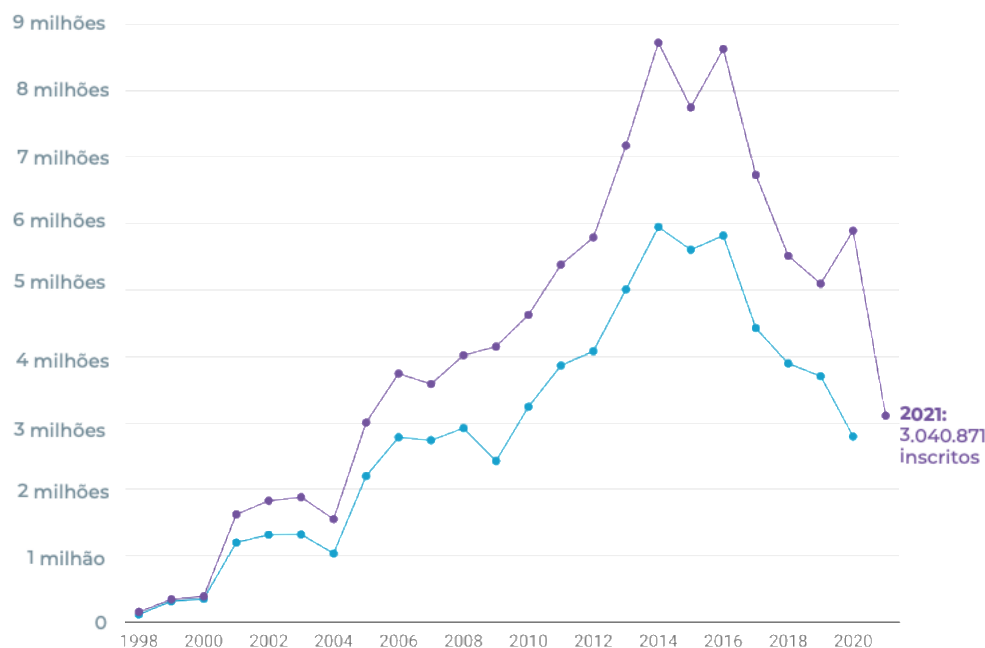


Fonte: VOZES DE EDUCAÇÃO, 2021.

Ano	Duração
1998 e 1999	Um dia, com duração de 4 horas.
2000 a 2008	Um dia, com duração de 5 horas.
2009 a 2016	Dois dias (sábado e domingo): - 1º dia, duração de 4h30: Ciências da Natureza e suas Tecnologias e Ciências da Humanas e suas Tecnologias - 2º dia, duração de 5h30: Linguagens, Códigos e suas Tecnologias, Redação e Matemática e suas Tecnologias
2017	Dois dias (domingos consecutivos): - 1º dia, duração de 5h30: Linguagens, Códigos e suas Tecnologias, Redação e Ciências da Humanas e suas Tecnologias; - 2º dia, duração de 4h30: Ciências da Natureza e suas Tecnologias e Matemática e suas Tecnologias
2018 a 2021	Dois dias (domingos consecutivos): - 1º dia, duração de 5h30: Linguagens, Códigos e suas Tecnologias, Redação e Ciências da Humanas e suas Tecnologias; - 2º dia, duração de 5h: Ciências da Natureza e suas Tecnologias e Matemática e suas Tecnologias.

Fonte: VOZES DE EDUCAÇÃO, 2021

O gráfico abaixo apresenta a evolução do número de inscritos no ENEM. Note-se que 2021 teve o menor número de inscritos dos últimos dez anos; já 2014 foi o ano com maior número de inscritos (mais de 8,7 milhões) desde o início do ENEM. Quanto ao total de presentes na avaliação, 2020 foi o ano com menor número de presentes na prova dos últimos dez anos, provavelmente em razão da pandemia que apresentou elevados índices de contaminação na época de aplicação do ENEM em janeiro de 2021.



Fonte: VOZES DE EDUCAÇÃO 2021

### 3. EXAMES DE ACESSO AO ENSINO SUPERIOR: ALGUMAS EXPERIÊNCIAS INTERNACIONAIS

Este item apresenta um breve balanço dos exames de acesso ao ensino superior em alguns países selecionados (VOZES DE EDUCAÇÃO, 2021) com o objetivo de compreender as finalidades, a estrutura organizacional e as diretrizes pedagógicas de diferentes sistemas, que podem inspirar reflexões sobre o futuro do ENEM.

#### ALEMANHA – ABITUR

##### DESCRIÇÃO

Introduzido em 1788, implementado nas escolas secundárias prussianas em 1812 e estendido para toda a Alemanha em 1871, o Abitur é uma avaliação de caráter nacional que certifica o fim do ensino secundário na Alemanha, além de representar a principal forma de ingresso nas universidades do país. A prova deve ser feita obrigatoriamente por todos os alunos que concluíram os estudos na modalidade Gymnasium, e, de forma facultativa, pelos que almejam ingressar no ensino superior, desde que tenham realizado um curso preparatório de dois anos para o exame. **A aplicação e gestão do Abitur fica à cargo dos estados alemães, que têm autonomia para definir a estrutura e as datas de realização da prova.**

## PÚBLICO-ALVO

Concluintes do ensino secundário na modalidade Gymnasium. Os demais estudantes podem realizar a prova como forma de ingresso nas universidades, mas antes passam por um curso preparatório de dois anos.

Frequência de oferta da avaliação: Uma vez ao ano, sendo que cada estudante pode realizar o exame uma única vez na vida.

## COMO É A APLICAÇÃO

A aplicação do Abitur pode durar até duas semanas, tendo em vista que cada uma das cinco provas deve ser realizada em um dia específico. O calendário é elaborado pelos estados e podem diferir entre si, mas todas as provas devem ser aplicadas ao término do ciclo letivo. A parte escrita tem duração de até cinco horas, enquanto as provas orais costumam durar 40 minutos, sendo que metade do tempo é usado para preparação.

## O QUE AVALIA

**O Abitur é composto por três provas escritas e duas provas orais, escolhidas previamente pelos próprios estudantes**, de acordo com os seus interesses e aspirações acadêmicas. As escolhas, no entanto, são condicionadas. Todos os alunos devem fazer as provas de alemão, podendo escolher entre o formato escrito ou oral, e todas as áreas de conhecimento devem ser contempladas com ao menos uma disciplina. São elas: Linguística e Literatura, que, além do alemão, abrangem as línguas estrangeiras; Ciências Humanas e Sociais, que abrange História, Geografia, Filosofia e Sociologia; Ciências Exatas e Naturais, que incluem as disciplinas de Matemática, Biologia, Química e Física. Sendo assim, além da prova obrigatória de alemão, as outras quatro escolhas devem passar por cada uma dessas áreas.

## PROVA ESPECÍFICA POR ÁREA DE CONHECIMENTO

### CHINA – GAOKAO

#### DESCRIÇÃO

O Gaokao é o maior vestibular do mundo em quantidade de participantes, bem como a principal forma de ingresso dos estudantes no ensino superior chinês. Criada em 1952, a realização do exame é indicada a todos que concluíram o ensino médio e desejam pleitear uma vaga nas universidades do país. Os estudantes que não forem aprovados em nenhuma universidade são orientados a procurar os cursos superiores técnicos.

## PÚBLICO-ALVO

O Gaokao tem como público-alvo estudantes que concluíram o ensino médio e que desejam ingressar no ensino superior do país.

## FREQUÊNCIA DE OFERTA DA AVALIAÇÃO

Uma vez ao ano. Diferentemente da Alemanha, os alunos podem realizar o exame novamente nos anos seguintes.



## COMO É A APLICAÇÃO

Tradicionalmente, **o Gaokao é aplicado em dois dias, sendo o primeiro para resolução de três provas obrigatórias e o segundo para as especialidades**. A prova tem duração total de nove horas, divididas igualmente entre os dias. Ao contrário do Enem, os candidatos ao Gaokao não resolvem um único caderno de questões, já que cada prova possui horário e sala pré-definida. O mesmo ocorre com as provas de língua estrangeira, que são aplicadas em ambientes distintos, de acordo com o idioma e o modelo escolhido - se de compreensão auditiva ou escrita.

Desde 2017, algumas províncias do país que já aderiram a atual reforma da avaliação têm ampliado para três dias o tempo de realização do Gaokao.

## O QUE AVALIA

**O formato do Gaokao varia de acordo com cada província**, tendo em vista que parte ainda mantém o modelo tradicional 3+X, enquanto outras já aderiram a proposta de reforma da avaliação, iniciada em 2014, que estipula um modelo 3+1+2.

No **modelo 3+X**, tradicionalmente, a avaliação é aplicada em dois dias: no primeiro, os alunos respondem questões de Chinês (Literatura e Gramática), Matemática e Língua Estrangeira, podendo escolher entre Inglês, Japonês, Russo ou Francês. **No segundo dia, os alunos respondem questões referente às especialidades que escolheram cursar no Ensino Médio**. Se optarem pelo itinerário de Artes e Humanidades, farão prova de História, Geografia e Política Nacional e Global, caso tenham optado pelo itinerário de Ciências, farão prova de Biologia, Física e Química. Algumas províncias podem adotar uma disciplina extra, se assim desejarem. Isso ocorre porque, embora a prova tenha um caráter nacional, a estrutura fica por conta de cada província do país.

**Já no modelo 3+1+2** o formato da avaliação foi desenhado para que os estudantes possam ter mais escolha sobre quais disciplinas gostariam de prestar o exame. Atualmente, o modelo está sendo testado em algumas províncias, de modo que, além das disciplinas obrigatórias, os estudantes podem escolher três entre as seis disciplinas disponíveis para realização, sem que todas estejam necessariamente vinculadas às especialidades que eles escolheram cursar no Ensino Médio.

Com isso, além das disciplinas de Chinês, Matemática e Língua Estrangeira, uma quarta avaliação deve ser realizada de forma obrigatória - Física ou História -, a depender da especialidade escolhida pelo estudante. Por fim, o estudante deve realizar outras duas provas que devem ser selecionadas entre quatro opções: Política, Geografia, Química e Biologia. Se desejarem, as províncias podem ampliar o leque das disciplinas ofertadas. Em Zhejiang, por exemplo, a disciplina Tecnologia da Informação foi incluída como eletiva.

A expectativa do Ministério da Educação era que todas as províncias tivessem adotado o modelo 3+1+2 até 2020, o que não ocorreu. Em 2017, Zhejiang e Xangai iniciaram o projeto piloto da nova avaliação. Em 2020 e 2021, foi a vez de Chongqing, Fujian, Guangdong, Hainan, Hebei, Hubei, Hunan, Jiangsu, Liaoning, Pequim, Shandong e Tianjin aderirem ao novo modelo. Com isso, algumas províncias passaram a aplicar o Gaokao em três dias, ao invés de dois.

## PROVA ESPECÍFICA POR ÁREA DE CONHECIMENTO

Tanto no modelo 3+X quanto no 3+1+2, há provas específicas que devem ser realizadas pelo estudante.

### **ESTADOS UNIDOS – SAT, ACT e AP Exams**

Os Estados Unidos possuem três tipos de exames de acesso ao ensino superior: SAT, ACT e AP. Estes exames podem ser utilizados isoladamente ou de forma combinada, como forma de acesso ao ensino superior, e serem complementados por outros critérios definidos pelas universidades.

#### **SAT - Scholastic Aptitude Test**

##### DESCRIÇÃO

O Scholastic Aptitude Test (SAT) foi criado em 1926 pelo College Board, como forma de avaliar as habilidades e conhecimentos dos estudantes em diferentes áreas. O SAT possui dois formatos independentes entre si:

O SAT Reasonable Test (SAT-I) avalia as habilidades em resolução de problemas matemáticos, interpretação e análise crítica de textos, gramática e uso da língua inglesa, além de uma redação opcional; e

O SAT Subject Test (SAT-II) avalia os conhecimentos em uma disciplina específica, à escolha dos próprios candidatos.

Atualmente, o SAT é cobrado por boa parte das universidades, mas apenas o desempenho na avaliação não necessariamente irá resultar no ingresso no ensino superior, visto que as instituições podem estipular outras etapas avaliativas, como entrevista, carta de motivação e análise do histórico escolar.

##### PÚBLICO-ALVO

Estudantes que concluíram o High School e desejam ingressar na universidade.

##### FREQUÊNCIA DE OFERTA DA AVALIAÇÃO

Até sete vezes ao ano, geralmente nos meses de março, maio, junho, agosto, outubro, novembro e dezembro. Cada candidato pode realizar a avaliação quantas vezes desejar. Com relação ao SAT II, só é possível fazer a prova de até três disciplinas por vez.

##### O QUE AVALIA

O Scholastic Aptitude Test compreende dois tipos de avaliação. A primeira, o SAT Reasoning, consiste em um teste de habilidades que abrange raciocínio lógico e resolução de problemas matemáticos, interpretação e análise crítica de textos, gramática e uso da língua inglesa e uma redação opcional. Cada seção da prova contabiliza até 800 pontos, com exceção da redação que é avaliada separadamente.

O SAT Subject, por sua vez, avalia o conhecimento dos estudantes em cinco áreas principais, Inglês, História, Matemática, Ciências da Natureza e Língua Estrangeira, que se subdividem em áreas secundárias que podem ser escolhidas pelos estudantes. São elas: Matemática Nível 1, Matemática Nível 2, Biologia, Química, Física, Literatura, História dos Estados Unidos, História Mundial, Espanhol, Francês, Chinês, Italiano, Alemão, Hebraico Moderno, Latim, Japonês e Coreano. Em 2021, o College Board

anunciou a intenção de extinguir o SAT II, tendo em vista que ele é pouco cobrado pelas universidades.

#### **PROVA ESPECÍFICA POR ÁREA DE CONHECIMENTO**

O SAT-I é padronizado, enquanto o SAT-II possui uma prova para cada disciplina.

#### **COMO É A APLICAÇÃO**

O SAT Reasoning é aplicado em um dia e tem duração de três horas, com acréscimo de 50 minutos para quem optar pela redação. O SAT Subject tem duração de uma hora para cada prova realizada e o calendário de aplicação é diferente para cada um dos formatos.

### **ACT - American College Testing**

#### **DESCRIÇÃO**

O American College Testing (ACT) é uma avaliação criada em 1959 para medir os conhecimentos dos estudantes nas áreas de Matemática, Literatura, Ciências, Língua Inglesa e Produção de Texto. Atualmente, o resultado obtido na avaliação é utilizado por algumas universidades do país para auxiliar no processo de seleção de candidatos.

#### **PÚBLICO-ALVO**

Estudantes estadunidenses ou estrangeiros que desejam ingressar nas universidades do país que cobram a avaliação.

#### **FREQUÊNCIA DE OFERTA DA AVALIAÇÃO**

Até sete vezes ao ano.

#### **O QUE AVALIA**

A prova possui 215 questões de múltipla escolha, que se subdividem em Matemática, Língua Inglesa, Interpretação de Texto, Ciências da Natureza. Há, ainda, uma redação de caráter opcional.

#### **PROVA ESPECÍFICA POR ÁREA DE CONHECIMENTO**

Não há.

#### **COMO É A APLICAÇÃO**

A avaliação é feita em um único dia e tem duração de três horas e 30 minutos, com acréscimo de 30 minutos para os candidatos que optarem em produzir a redação também. É permitido que os estudantes façam pequenos intervalos de dez minutos.

### **AP Exams - Advanced Placement Examinations**

#### **DESCRIÇÃO**

O Advanced Placement Examinations (AP Exams) foi criado em 1951 pelo College Board e consiste em avaliações de disciplinas específicas que podem ajudar o aluno no ingresso ao ensino superior. A prova é indicada prioritariamente para estudantes que cursaram o High School com o apoio do currículo Advanced Placement.

#### PÚBLICO-ALVO

Candidatos que objetivam ingressar no ensino superior. Ressalta-se, no entanto, que poucas instituições aderem ao AP Exams.

#### FREQUÊNCIA DE OFERTA DA AVALIAÇÃO

Uma vez ao ano.

#### O QUE AVALIA

O AP Exams possui mais de 30 disciplinas que são avaliadas isoladamente, tais como: Teoria Musical, Literatura Inglesa, Governo e Políticas Comparadas, Geografia, Macroeconomia, Microeconomia, Psicologia, História Global, Cálculo 1 e 2, Ciências da Computação, Estatística, Biologia, Química, Álgebra, Eletricidade e Magnetismo, Mecânica, dentre outros.

#### PROVA ESPECÍFICA POR ÁREA DE CONHECIMENTO

Os estudantes só realizam a prova para as disciplinas que manifestarem interesse.

#### COMO É A APLICAÇÃO

A avaliação pode ser feita no formato presencial e, desde 2020, no formato remoto. As provas são aplicadas no decorrer de duas semanas, sendo que, no máximo, três disciplinas podem ser realizadas por dia: uma de manhã e duas na parte da tarde.

#### **FRANÇA - Baccalauréat Général (BAC)**

##### DESCRIÇÃO

O Baccalauréat é uma avaliação que certifica o fim do ensino secundário francês (Liceu). Criada em 1808, durante o governo de Napoleão Bonaparte, a prova é destinada aos estudantes do último ano do Lycée e representa a principal forma de ingresso nas universidades do país. Até 2020, os alunos realizavam provas para todas as disciplinas, sendo parte de conhecimentos comuns, como Francês, Filosofia e Matemática, e parte referente às especialidades cursadas durante os dois últimos anos de ensino.

**Desde meados de 2020, no entanto, a França iniciou um processo de reforma do Baccalauréat, que culminou com a extinção da avaliação compartimentada, bem como com a adoção da avaliação contínua.** Com isso, atualmente os alunos só realizam a prova final de conhecimentos comuns, enquanto as demais áreas são avaliadas ao longo dos três anos do Lycée.

#### PÚBLICO-ALVO

Estudantes que estão cursando o último ano do Lycée.

#### FREQUÊNCIA DE OFERTA DA AVALIAÇÃO

Uma vez ao ano.

#### PROVA ESPECÍFICA POR ÁREA DE CONHECIMENTO

Não há.

## O QUE AVALIA

O atual formato intercala uma etapa de avaliação contínua com uma prova final, realizada no término do Lycée. O exame final é composto somente pelas provas de francês oral e escrito, filosofia e uma outra avaliação oral, que mede as habilidades do estudante em oratória e argumentação.

Atualmente, a prova final compõe 60% da nota do Baccalauréat. Os outros 40% são provenientes de avaliações contínuas, realizadas no decorrer dos três anos do Lycée. Deste total, 30% são compostos a partir dos resultados dos estudantes nas provas de cada disciplina, inclusive nas de especialidade, enquanto os outros 10% correspondem ao boletim dos alunos ao longo do terceiro ano do Ensino Médio. A avaliação contínua mede o conhecimento dos alunos nas áreas de História-Geografia, Língua Estrangeira I, Língua Estrangeira II, Educação Científica, Educação Física, Matemática e em outras duas especialidades.

## COMO É A APLICAÇÃO

Até 2020, o Baccalauréat tinha uma duração prevista de uma semana, tendo em vista que todas as disciplinas eram avaliadas. Atualmente, por conta da reforma, a duração foi mantida, mas com um número menor de provas. Sendo assim, as provas de Francês Escrito e Filosofia passaram a ser feitas em um mesmo dia, cada qual com duração de quatro horas. Já as provas de Francês Oral, Oratória e Argumentação são realizadas no decorrer de uma semana, com horários previamente definidos.

## **REINO UNIDO - General Certificates of Education Advanced Level (GCE A-Levels)**

### DESCRIÇÃO

A-Levels são qualificações para alunos que finalizam a Educação Secundária no Reino Unido e desejam continuar seus estudos. Geralmente é iniciada logo após os General Certificates of Secondary Education (GCSEs), nos dois últimos anos do ensino médio (Further Education), embora se possa estudar para elas em qualquer idade. A certificação é obtida em dois anos: no primeiro, pode-se obter a qualificação AS-Level e, no segundo, as A-Levels. Os resultados do AS não contam para o A-Level e ambos ocorrem por meio de exames únicos - outros tipos de avaliação ocorrem somente para cursos em que seja necessário demonstrar habilidades específicas, como arte ou música. Os estudantes escolhem quantos e quais componentes curriculares irão cursar.

As qualificações A-Levels são regulamentadas pelo órgão Office of Qualifications and Examinations Regulation (Ofqual), e podem ser ofertadas por quatro bancas examinadoras autorizadas: AQA, OCR, Pearson e WJEC Eduqas, que juntas integram o conselho de qualificações Joint Council for Qualifications. As instituições de ensino que ofertam a etapa de Further Education são responsáveis pela escolha dos cursos e das bancas examinadoras.

### PÚBLICO-ALVO

Estudantes que finalizaram a Educação Secundária e pretendem continuar os estudos para ingressar em uma universidade seguem para uma instituição que ofereça a etapa Further Education de qualificação A-Level.

## FREQUÊNCIA DE OFERTA DA AVALIAÇÃO

Uma vez ao ano.

## COMO É A APLICAÇÃO

A avaliação de cada disciplina acontece em dia e hora predeterminados em calendário proposto pelas bancas examinadoras. A duração da avaliação varia de acordo com a disciplina. Para o calendário de 2021, as avaliações ocorrerão em outubro, divididas em três semanas, sendo que a duração de cada prova varia de uma a três horas.

## O QUE AVALIA

É possível obter a qualificação em uma série de disciplinas, variando desde componentes curriculares tradicionais, como História e Geografia; aprofundamentos em áreas específicas, como Literatura Inglesa ou Matemática; e até matérias preparatórias para o nível superior, como Psicologia e Direito. O estudante é quem escolhe as disciplinas dentro das possibilidades ofertadas pela escola em que pretende estudar.

## PROVA ESPECÍFICA POR ÁREA DE CONHECIMENTO

As provas ocorrem nas disciplinas que os estudantes escolheram cursar. Quando há necessidade de demonstrar habilidades específicas, são realizadas, também, avaliações sem exame. A porcentagem da nota sem exame varia de acordo com a disciplina. Em Ciências, por exemplo, os candidatos realizam 12 atividades práticas por matéria e as questões escritas sobre esses experimentos correspondem a 15% do total da nota.

## Detalhamento das avaliações

A seguir são apresentados quadros comparativos entre os exames analisados.






a) Quanto ao modelo de questão

	Avaliação	Múltipla escolha	Discursiva (aberta)	Oral	Outros tipos*
	Abitur		✓	✓	
	Gaokao		✓		✓
	SAT	✓	✓		✓
	ACT	✓			
	AP Exam	✓	✓	✓	
	Bac		✓	✓	
	A-Levels	✓	✓	✓	✓

\*Outros tipos de questões avaliativas para além da prova escrita, como portfólios, relatórios de experimentos, provas práticas e outras.






Fonte: VOZES DE EDUCAÇÃO, 2021

b) Quanto a forma de aplicação: avaliação contínua ou exame único

	Avaliação	Avaliação contínua	Exame único	A depender da prova
	Abitur	✓		
	Gaokao		✓	
	SAT		✓	
	ACT		✓	
	AP Exam			✓
	Bac	✓		
	A-Levels		✓	

Fonte: VOZES DE EDUCAÇÃO, 2021

c) Quanto aos requisitos de ingresso à universidade

	Avaliação	Apenas o exame	Exame e outros critérios
	Abitur	i	i
	Gaokao	✓	
	SAT		✓
	ACT		✓
	AP Exam		✓
	Bac	i	i
	A-Levels		✓

**Legenda**

✓ Sim

i Em alguns casos

Fonte: VOZES DE EDUCAÇÃO, 2021

As experiências internacionais descritas aqui mostram uma variedade de alternativas na organização dos exames de acesso ao ensino superior. Entre as possibilidades descritas destacam-se:

- A oferta dos exames de seleção várias vezes por ano nos EUA;
- A possibilidade de escolha das áreas e disciplinas pelos estudantes;
- A utilização de questões abertas e exames orais, além dos testes de múltipla escolha;
- As reformulações do desenho dos exames ao longo do tempo;
- A descentralização da organização e definição da estrutura dos exames na Alemanha e na China;

- A introdução de provas digitais;
- A possibilidade de combinar avaliações contínuas ao longo do ensino médio com exames específicos de acesso ao ensino superior;
- A obrigatoriedade das disciplinas Língua Nativa, Matemática (raciocínio lógico) e Língua Inglesa em muitos países.

## **Governança dos exames de acesso ao ensino superior**

### **SAT**

Em 1900, reitores de 12 Universidades criaram o College Board, uma organização sem fins lucrativos, cujo propósito consiste em expandir as oportunidades de acesso ao Ensino Superior. Com o intuito de padronizar os processos seletivos de acesso às faculdades, em 1926, o College Board criou o SAT que, desde então, tem sido utilizado pela maioria das faculdades e universidades como parte de seus respectivos exames de admissão.

Há 60 anos, enquanto criador e proprietário do exame, o College Board contrata a Educational Testing Service/ETS para elaborar questões e administrar a operacionalização do SAT. De modo semelhante, outras instituições, estados e órgãos governamentais também contratam o ETS para desenvolver e gerenciar programas em seu nome, como é o caso da OCDE.

O College Board possui um Conselho Consultivo composto por 31 membros eleitos. O presidente e o vice-presidente possuem mandatos de dois anos, enquanto os demais geralmente cumprem mandatos de quatro anos.

Entre as atribuições do Conselho estão: aprovar a missão, as metas e os objetivos da organização; estabelecer políticas relacionadas a sócios, programas e serviços; aprovar o orçamento anual da instituição; revisar iniciativas da organização, e assessorar o CEO responsável pela gestão da organização.

Para promover o propósito do College Board, foram instituídas as Assembleias Nacionais e Regionais como parte de sua governança. São elas: Assembleia Acadêmica, Assembleia de Aconselhamento e Admissão, Assembleia de Assistência Financeira e seis Assembleias Regionais, responsáveis por votar e dar voz às preocupações das instituições filiadas.

O College Board conta com a participação de mais de 6.000 organizações. Essas instituições, normalmente compostas por escolas e instituições secundárias e pós secundárias, elegem delegados para representá-las.

### **GAOKAO**

O Gaokao foi criado em 1952 e representa a principal forma de ingresso nas universidades chinesas. Em 1966, no entanto, a prova foi abolida por conta da Revolução Cultural implementada pelo governo de Mao Tsé Tung, sendo retomada somente dez anos depois. Desde então, a prova é realizada uma vez por ano, sob a coordenação do Ministério da Educação Chinês.

Entre 1977 e 2002, todas as províncias do país realizavam a mesma avaliação. Nesse contexto, cabia ao Ministério da Educação o papel de elaborar as questões, enquanto os Departamentos Provinciais de Educação ficavam responsáveis por garantir



a logística necessária para a aplicação das provas. A única exceção a esse quadro ocorreu em 1987, quando a província de Shanghai obteve liberação para realizar um exame personalizado.

Em 2002, foi a vez de Pequim adotar uma prova específica do Gaokao, fato que desencadeou transformações significativas para o ano seguinte. Em 2003, o Ministério da Educação implementou uma reforma que permitiu que todas as províncias do país elaborassem questões próprias para o exame. O pano de fundo das discussões era a discrepância educacional e curricular apresentada entre as diferentes regiões do país.

Sendo assim, em 2003, quatro províncias optaram por elaborar questões específicas - Pequim, Jiangsu, Zhejiang e Tianjin. Desde então, o número de províncias que optam por este modelo varia de ano a ano. Em 2007, por exemplo, 16 províncias realizaram provas com questões específicas.

Em 2014, o Ministério da Educação anunciou uma nova reforma do Gaokao para modificar a estrutura da avaliação. Até então, todas as províncias, independentemente do conteúdo das questões, realizavam uma prova no modelo 3+X. A partir da reforma, foi introduzido um formato 3+1+2, que paulatinamente vêm sendo incorporado por todas as regiões do país.

É papel do Ministério da Educação: elaborar as diretrizes gerais da prova; definir a estrutura recomendada para a prova (atualmente é o 3+1+2); definir os dias e horários de aplicação das provas (geralmente em junho); apresentar os conteúdos esperados para cada disciplina; elaborar as questões do Gaokao Unificado (prova adotada pelas províncias que optarem por não realizar questões específicas) e monitorar a aplicação das provas no nível federal e provincial.

Além disso, o Ministério gerencia o processo de ingresso dos estudantes nas universidades do país, o que implica disponibilizar as listas que devem ser preenchidas pelos candidatos com o nome dos cursos e universidades de seu interesse.

Já os Departamentos Provinciais de Educação têm como atribuições: definir se o Gaokao será aplicado em dois ou três dias; introduzir uma ou mais disciplinas eletivas de seu interesse para compor a prova; definir o formato da prova (se vão manter o tradicional 3+X, acatar o novo formato implementado pelo Modelo 3+1+2, ou propor um novo modelo); elaborar as questões específicas que integrarão o Gaokao no nível provincial; organizar a logística de aplicação do Gaokao, bem como a impressão das avaliações, a definição dos locais de prova e também a seleção dos voluntários que irão trabalhar nos dias da avaliação.

**O Ministério da Educação elabora as questões da prova de acordo com os conteúdos previstos para o ano. A partir disso, as províncias têm autonomia para adaptar ou substituir às questões que desejarem, como forma de atender melhor ao currículo regional.**

Anualmente, o Ministério da Educação supervisiona a avaliação elaborada por estas províncias, a fim de atestar a qualidade das questões e do cumprimento das diretrizes propostas. Com a reforma de 2014, a avaliação unificada tende a ser retomada aos poucos, sobretudo em relação às provas obrigatórias.

#### **4. O QUE DIZEM OS ESPECIALISTAS EM AVALIAÇÃO**

Da análise realizada sobre o ensino médio e o acesso ao ensino superior em outros países pode-se observar, de maneira geral, que os exames de seleção para o ensino superior no mundo cumprem duas funções básicas, entre outras:

1. Servem de critério de seleção para os cursos de nível superior;
2. São fonte de orientação para a formação de nível médio.

Para apresentar uma proposta com recomendações a serem observados na revisão dos exames de acesso ao ensino superior no Brasil, em particular o ENEM, foi conduzido um conjunto de entrevistas [DESCHAMPS, 2021] com cinco especialistas brasileiros em avaliação educacional (Reynaldo Fernandes, Simon Schwartzman, José Francisco Soares, Dalton Andrade e Ruben Klein) que ao longo dos anos vem realizando estudos e participado da construção do ENEM, bem como foi realizada conversa com o coordenador do vestibular da UNICAMP (José Alves).

A seguir são apresentadas as principais contribuições coletadas nestas entrevistas.

##### **Sobre a organização da prova**

Tendo em vista a nova organização curricular do ensino médio com a formação geral básica e os itinerários, há um consenso entre os especialistas ouvidos de que o processo de seleção para o acesso ao ensino superior deva ser realizado em duas etapas, conforme previsto nas DCN-EM.

##### **ETAPA 1 – AVALIAÇÃO DA FORMAÇÃO GERAL BÁSICA - BNCC**

Sobre a prova a ser realizada na etapa 1, que trata da formação geral básica (FGB), a qual tem como referência a BNCC, há consenso entre os especialistas ouvidos de que a mesma deva ser comum a todos os estudantes tendo como foco questões interdisciplinares e de solução de problemas.

Por diversas vezes foi citado pelos entrevistados o modelo das provas do ENEM anteriores a 2009, que estavam organizadas para a avaliação de conhecimentos com foco em competências e habilidades. Também foi citado o modelo do PISA que tem uma estrutura de avaliação semelhante.

##### **ETAPA 2 – AVALIAÇÃO DA FORMAÇÃO PARA AS CARREIRAS PROFISSIONAIS (ITINERÁRIOS FORMATIVOS)**

Aqui surge uma das grandes inovações do novo ensino médio, onde o ENEM terá a capacidade de realizar um melhor alinhamento na oferta dos itinerários formativos em todo o país. Como a parte dos itinerários não tem um documento de referência nos moldes da BNCC para a formação geral básica, as escolas vêm realizando desenhos de itinerários diversos, porém sem muita clareza dos objetos de conhecimento ou competências/habilidades que serão consideradas no ENEM.

Entretanto, cabe ressaltar que, ainda que a Lei fale em itinerários acadêmicos por área do conhecimento (lembrando que ela também permite a oferta de itinerários integrados por mais de uma área), os itinerários devem preparar os estudantes para as carreiras profissionais de nível superior (caso o estudante opte por um itinerário

acadêmico) ou para o mundo do trabalho (caso opte por um itinerário de formação técnica profissional).

Desta forma, ao propor que a etapa 2 dos processos de acesso ao ensino superior se dê por meio de múltiplas provas, sendo que os alunos escolhem as provas de acordo com o curso superior que pretende acessar, o ENEM em particular pode se tornar o grande indutor de desenho de itinerários pelas escolas alinhados às carreiras de nível superior.

Neste sentido, como a maioria das carreiras de nível superior interagem com mais de uma área do conhecimento, não faz sentido que as provas da segunda etapa sejam ofertadas apenas por áreas do conhecimento, fazendo mais sentido que elas sejam organizadas pela integração de conhecimentos de mais de uma área.

Assim sendo, sugere-se como uma possibilidade de organização provas em quatro áreas profissionais, a saber:

1. Ciências, tecnologia, engenharia e matemática (STEM) que classificaria alunos para cursos das engenharias, química, matemática, física e computação, entre outros.
2. Ciências sociais aplicadas, classificando para cursos de economia, administração, contabilidade, ciências sociais, direito etc.
3. Humanidades, Linguagens e Artes, para cursos de filosofia, história, geografia, artes, letras, pedagogia entre outras.
4. Ciências biológicas e saúde que selecionariam candidatos para cursos de medicina, enfermagem, fisioterapia, biologia, meio ambiente, entre outros.

### **Pontos de atenção sobre a elaboração e aplicação das provas**

De acordo com a nova formatação que deve ser dada ao ENEM, que deixa de ser prova única para se tornar um conjunto de provas a escolha dos estudantes de acordo com sua formação e expectativa de continuidade de estudos no nível superior, vários pontos foram levantados pelos entrevistados em relação à elaboração das provas e sua aplicação.

**Sobre a elaboração das provas** surgiu nas entrevistas uma reflexão sobre os tipos de questões a serem apresentadas aos estudantes, se objetivas ou dissertativas. Observou-se um certo consenso acerca da necessidade de incluir questões dissertativas no exame para avaliar uma formação com ênfase no desenvolvimento de competências como propõe a BNCC. Entretanto, a inclusão de questões subjetivas exigirá o uso de um sistema de correção com inteligência artificial para garantir a divulgação dos resultados dentro de um prazo razoável.

Em relação à **aplicação das provas**, propõe-se a adoção da TRI que permitiria a realização de provas diversas de mesmo nível, o que possibilita a aplicação em diversos momentos diferentes para o estudante. Porém, cabe ressaltar que o ENEM envolve diversos aspectos que devem ser levados em conta na hora de definir sua aplicação, os quais envolvem questões de segurança, menor custo para o aluno e a aplicabilidade em espaços e tempos diferentes e com mesmo grau de dificuldade.

O uso da TRI, como no ENEM atual, permitiria quebrar a aplicação da prova para que os alunos tenham oportunidade de participar do exame em vários momentos. O aluno poderia fazer o exame até 3 vezes no mesmo ano. Assim as provas poderiam ser feitas em diversos “*test centers*”, como ocorre no SAT, em momentos diferentes pelos

candidatos. O maior desafio para isso é elaborar um robusto banco de itens pré-testados. Divulgar a prova é “jogar fora as questões (itens)”.

No entanto, a legislação atual exige a divulgação e publicação de todos os itens e instrumentos de avaliação utilizados no ENEM. Uma mudança na legislação permitiria, além de uma redução de custos na produção de itens, também o uso da testagem adaptativa, que poderia ser aplicado quando o estudante chega para fazer a prova, é apresentado um item a ele, a partir da resposta é feito o cálculo da proficiência, que elege o item seguinte. O estudante vai percorrendo os itens até que se chegue à proficiência, esse método é capaz de reduzir quase pela metade a quantidade de itens que o indivíduo precisa responder.

Finalmente **sobre a aplicação de provas digitais**, o que associado a TRI facilitaria a aplicação de provas por meio de testagem adaptativa em diversos momentos e locais, deve-se considerar o tempo em que se estaria apto a realizar um ENEM totalmente digital. Este tempo depende também do grau de familiaridade das escolas e dos alunos com o uso de tecnologia digital para avaliações.

De modo geral, segundo os especialistas entrevistados, podem ser apontadas as seguintes recomendações para o estabelecimento de diretrizes para o ENEM considerando a previsão de realização de provas em duas etapas:

1. A prova da primeira etapa, que terá como referência as competências e habilidades da BNCC, deve ser única e obrigatória para todos os candidatos com questões interdisciplinares centradas na solução de problemas básicos que auxiliem a medir a capacidade de raciocínio e argumentação do estudante, saindo do foco conteudista que pauta o exame atualmente. Nesta etapa deve ser dada especial atenção à redação, leitura e língua inglesa, com abordagem interdisciplinar na avaliação das quatro áreas de conhecimento. Sugere-se o modelo do ENEM original e o PISA como referências principais.
2. A segunda etapa deve se organizar por um conjunto de provas relacionadas às carreiras de nível superior, sendo sugeridas provas em quatro áreas: 1. STEM; 2. Ciência biológicas e da saúde; 3. Ciências sociais aplicadas e 4. Humanidades, Linguagens e Artes.
4. A matriz do ENEM deve indicar claramente o conjunto de objetos de conhecimento essenciais que devem nortear a elaboração do Banco de Itens em cada uma das etapas e respectivas provas, de acordo com as competências e habilidades a serem avaliadas. O documento das matrizes do ENEM deve ser preparado com extremo rigor conceitual, consultando especialistas da área e considerando também as inovações e tendências internacionais de aperfeiçoamento das avaliações de larga escala, avaliação de altas habilidades e de processos cognitivos sintonizados com o desenvolvimento de competências do século 21 e os avanços tecnológicos.
5. Na medida do possível deve-se permitir a aplicação da prova em tempos diferentes, sendo que o estudante poderia prestar o exame diversas vezes em um mesmo ano. Para tanto deve-se realizar um esforço para garantir um elevado número de itens o que pode ser alcançado com custo reduzido caso haja a possibilidade de não divulgação de todas as questões das provas (o que não é possível atualmente por conta de dispositivo legal que exige a publicação das provas).

6. Implementação gradativa da aplicação de provas por meio digital possibilitando a aplicação de testagem adaptativa o que reduziria o número de questões a serem respondidas pelos estudantes em cada prova sem prejuízo do resultado final.

## **5. ESTADO DA ARTE DOS ITINERÁRIOS FORMATIVOS NOS REFERENCIAIS CURRICULARES ESTADUAIS DO NOVO ENSINO MÉDIO**

Recente estudo sobre a organização dos itinerários formativos nos referenciais curriculares do Novo Ensino Médio de onze unidades da federação - UFs [INSTITUTO REUNA, 2021] indica a predominância de Aprofundamentos Curriculares - ACs propedêuticos.

**Os itinerários formativos - IFs de área do conhecimento, únicos ou integrados, representam 71% (97) da amostra analisada. Mesmo quando há maior oferta curricular de aprofundamento de formação técnica e profissional - FTP, são os propedêuticos os que apresentam maior detalhamento no que se refere a temas integradores, organização curricular e metodologias de ensino e avaliação.**

A maioria dos IFs possui ACs contemplando, de forma equilibrada, diferentes áreas e componentes curriculares. Entretanto, em itinerários de duas das unidades da federação - UFs da amostra, há três aprofundamentos com maior peso para componentes da área de Linguagens e suas Tecnologias.

**Em geral, os ACs se organizam a partir de temas interdisciplinares: 90% (121) dos itinerários analisados organizam seus aprofundamentos a partir de temas interdisciplinares, que incluem todos os componentes da área de conhecimento.** Isso se mostra importante pela intenção expressa da nova proposta de Ensino Médio de diminuir a fragmentação do conhecimento.

O Itinerário de Formação Técnica profissional/FTP é o que apresenta menor nível de detalhamento nos referenciais analisados. As trilhas que apresentam FTP são 28% (38) da amostra analisada, sendo que esse número foi elevado por uma das UFs, que incluiu explicitamente um catálogo contendo a proposta de 25 IFs de EPT.

Ainda com relação aos IFs de FTP, merece destaque a orientação para as equipes técnicas, nas formações do CONSED, de que não seria necessário detalhar cursos nos referenciais, uma vez que eles dependem das necessidades locais ou podem sofrer adequações em função dos avanços tecnológicos. No entanto, isso não impediria maior clareza, nos documentos, de como eles estariam articulados com a arquitetura do EM como um todo. Cabe lembrar que a educação profissional e técnica de nível médio possui um catálogo nacional norteador de cursos (215 cursos distribuídos em 13 eixos tecnológicos) e que pode ser usado na implementação do Itinerário, ainda que não mencionado nos referenciais.

Os Referenciais Curriculares para a elaboração dos IFs (Portaria MEC nº 1.432, de 28 de dezembro de 2018) aparecem refletidos em todos os documentos, mas não se organizam por eles. A partir da identificação dos eixos estruturantes dos IFs, observa-se nos documentos que 95% (128) dos ACs analisados apresentaram os quatro eixos estruturantes (Investigação Científica; Processos Criativos; Mediação e Intervenção Sociocultural; Empreendedorismo). As habilidades previstas pelos referenciais nem sempre foram utilizadas como descritas no documento do MEC.

No que se refere às avaliações de larga escala, a pesquisa realizada indica maior aderência de inclusão dos IFs no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) do que em outras avaliações, como o SAEB. Especificamente para o ENEM, os IFs analisados sugerem aderência a um esquema de exames nacionais de ingresso ao Ensino Superior por carreiras profissionais, conforme pode ser observado na Tabela a seguir.

TABELA – QUANTIDADE E REPRESENTATIVIDADE PROPORCIONAL DAS CARREIRAS PROFISSIONAIS DE ACORDO COM OS IFs DA AMOSTRA POR UF

UF	STEM	Ciências Econômicas e Sociais Aplicadas	Cultura, Artes e Humanidades	Ciências Biológicas e da Saúde
<b>TOTAL</b>	44	51	53	32
<b>% TOTAL</b>	24,44%	24,44%	29,44%	17,78%

Fonte: INSTITUTO REÚNA, 2021

Itinerários integrados podem atender características de mais de uma carreira, oferecendo maior flexibilidade aos estudantes em suas escolhas pós-Ensino Médio.

As UFs da amostra organizaram as propostas de Eletivas ofertadas pelas próprias instituições de ensino. Enquanto seis unidades federativas apresentam um esquema misto de oferta dos componentes eletivos (disponibilizam um catálogo com propostas de Eletivas, mas flexibilizam a criação de Eletivas pelas escolas), as cinco restantes deixam integralmente a cargo das redes e instituições de ensino a criação das Eletivas, a partir de algumas diretrizes gerais.

O documento produzido pelo Instituto Reúna apresenta os seguintes pontos de atenção para o desenho da etapa 2 do novo ENEM:

- Orientações sobre metodologias de ensino e avaliação estão presentes na maior parte dos IFs analisados. A análise dos referenciais da amostra demonstrou que mais de 70% (95) dos ACs possuíam algum tipo de orientação metodológica para os processos de ensino e aprendizagem, enquanto pouco mais de 27% (40) tinham apenas orientações gerais apresentadas em um capítulo separado do referencial. A proporção dos referenciais que apresentam metodologias de avaliação para os ACs é semelhante, mas apresenta diferentes graus de detalhamento entre si.
- Os Referenciais Curriculares para a Elaboração dos IFs foram interpretados e traduzidos de diferentes formas nos documentos analisados. Como as orientações oficiais deixam a cargo das redes a sequência em que os eixos serão percorridos, será importante observar se isso pode ser um elemento dificultador da mobilidade dos estudantes entre os itinerários, caso ela exista, uma vez que a ordem em que os eixos estruturantes aparecem pode ser diferente nos IF de uma mesma rede.
- A diversidade da oferta de aprofundamentos nos IFs de área de conhecimento merece destaque, uma vez que oferece maior diversificação para acolher os interesses dos jovens, como previsto na Lei nº 13.415/2017 e nas DCNEM. É

necessário monitorar, durante o processo de implementação, se essa diversificação atenderá também ao propósito de aprofundamento dos conhecimentos nas áreas, como impactará a mobilidade estudantil intra e inter-redes, bem como analisar o maior ou menor alinhamento com os Projetos de Vida dos estudantes.

## 6. O ITINERÁRIO DE FORMAÇÃO TÉCNICA E PROFISSIONAL E O NOVO ENEM

Um dos pontos destacados nas discussões sobre os exames de acesso ao ensino superior diz respeito à possibilidade de que egressos de itinerários de formação profissional possam ter acesso ao ensino superior.

Como a Lei nº 13.415/2017 indicou a oferta de itinerários técnico-profissionalizantes, muitos defendem a necessidade de haver uma prova na segunda etapa voltada especificamente para estes estudantes. Entretanto, tal iniciativa encontraria barreiras de ordem operacional e conceitual.

Sobre os aspectos operacionais, os especialistas (DESCHAMPS, 2021) apontaram a necessidade de ser considerado a diversidade de áreas e o aspecto mais prático dos itinerários de formação profissional. Na educação técnica, prevalecem questões práticas. Além disso, os itinerários técnicos devem acompanhar o catálogo de profissões que está organizado por áreas.

Do ponto de vista conceitual, é importante considerar que o ENEM é voltado para seleção ao ensino superior e que, portanto, os candidatos devem demonstrar sua capacidade de seguir os estudos, independente da especificidade de sua formação mais acadêmica ou técnico-profissional.

**Assim, não se recomenda a realização de uma prova específica na segunda etapa para os egressos dos itinerários de formação profissional. Os alunos deverão prestar as mesmas provas dos egressos de itinerários acadêmicos, preferencialmente organizadas em áreas profissionais e carreiras que dialoguem com as formações dos itinerários profissionalizantes.**

## 7. LIÇÕES DO PISA: INSPIRAÇÃO PARA A PRIMEIRA ETAPA DO ENEM (OECD, 2018)

Implantado no ano 2000, o PISA tem por objetivo avaliar em que medida os estudantes de 15 anos, que se aproximam do final da educação obrigatória, adquiriram as competências, conhecimentos e habilidades essenciais para que participem plenamente da vida nas sociedades modernas.

Os estudantes estão preparados para enfrentar os desafios do futuro? Estão aptos a analisar, argumentar e comunicar suas ideias de maneira eficaz? Já identificaram os tipos de interesses que podem seguir ao longo de sua vida como membros produtivos da sociedade e da economia? Organizado pela OECD, o Programa Internacional de Avaliação de Estudantes/PISA procura dar algumas respostas a essas questões por meio de pesquisas trienais que avaliam as competências básicas dos estudantes de 15 anos de idade em três domínios principais: leitura; matemática e ciências<sup>7</sup>.

---

<sup>7</sup> OECD, **PISA 2018: What Students Know and Can Do**, Paris, 2019. Ver também os relatórios das edições do PISA, do ano 2000 a 2018 publicados pelo INEP.

Em 2018, o PISA completou a sétima rodada de avaliações em 79 países e se prepara para aplicar sua oitava edição em 2022. O Brasil participa do PISA desde sua primeira edição no ano 2000.

Em cada edição, a pesquisa focaliza um domínio do conhecimento e busca aperfeiçoar as matrizes de avaliação por meio de estudos que atualizam os referenciais de cada área do domínio avaliado. Muitas inovações foram introduzidas no PISA nos últimos anos, entre as quais destacam-se: testes computadorizados; introdução de itens abertos; testes adaptativos; avaliação de novas competências sintonizadas com o século 21, entre outras. Em 2022, o foco do PISA será matemática e serão avaliadas novas competências: Pensamento Criativo e Criatividade, além de questões específicas sobre Matemática Financeira.

O PISA focaliza a capacidade dos estudantes de utilizar seus conhecimentos e suas habilidades para enfrentar os desafios da vida real. Esta orientação reflete uma mudança nas metas e objetivos dos currículos, que enfatizam cada vez mais o que os estudantes conseguem fazer com aquilo que aprendem na escola, e não apenas com o domínio que tem sobre um conteúdo curricular específico. O PISA avalia como os estudantes aplicam seus conhecimentos e habilidades para resolver situações problema, previstas e não previstas, dentro e fora da escola.

Assim, **o PISA, ao contrário de outros estudos de avaliação das aprendizagens dos alunos, não tem como referência o currículo, mas tem como principal objetivo avaliar os conhecimentos e habilidades que os estudantes de 15 anos adquiriram ao longo do seu percurso escolar** e pessoal e as competências que mobilizam para resolverem problemas do seu cotidiano.

As principais características do PISA incluem:

- **Orientação de políticas** com base em evidências, que conecta dados sobre resultados da aprendizagem com informações sobre as características dos estudantes associadas aos fatores que organizam as aprendizagens dentro e fora da escola, de modo a identificar padrões de desempenho e as características das escolas e dos sistemas de educação com bom desempenho.
- **Conceito inovador de letramento**, que se refere à capacidade dos estudantes de aplicar seus conhecimentos e habilidades em áreas essenciais, e de analisar, argumentar e comunicar suas ideias de maneira eficaz por meio da resolução de problemas em diversas situações.
- **Relevância da aprendizagem ao longo da vida**, que não limita o PISA à avaliação de competências dos estudantes em disciplinas escolares, mas solicita que relatem sua motivação para aprender, suas convicções sobre si mesmos e suas estratégias de aprendizagem.
- **Regularidade das aplicações**, que permite aos países o monitoramento dos progressos alcançados em direção ao cumprimento de aprendizagens essenciais.
- **Amplitude de cobertura geográfica**, que no PISA 2018 envolveu os 37 países da OECD e 42 países parceiros.



O que medem os testes do PISA:

- **Letramento em Leitura:** definido como a capacidade do estudante em compreender, usar, avaliar, refletir e se engajar com a leitura de textos de modo a desenvolver seu potencial e participar da sociedade.
- **Letramento em Matemática:** capacidade dos estudantes em formular, empregar e interpretar matemática em contextos variados, o que inclui raciocínio lógico e o uso de conceitos matemáticos, procedimentos, fatos e ferramentas para descrever, explicar e prever fenômenos.
- **Letramento em Ciências:** habilidade do estudante de se engajar com temas e ideias ligados à ciência, como um cidadão reflexivo e responsável. Para isso, o estudante deve demonstrar conhecimento sobre ciências e tecnologia, o que supõe o desenvolvimento de competências para explicar cientificamente um fenômeno, avaliar e desenvolver uma investigação científica, interpretar dados e evidências.

O PISA 2018 trouxe alterações relevantes tanto conceituais como organizacionais, tal como sucedeu em 2015 com a introdução da avaliação em computador. Entre essas alterações destacam-se: revisão e adaptação do quadro conceitual de avaliação do letramento de leitura, face ao impacto que os recursos digitais têm no modo de ler; a avaliação do letramento de leitura em computador, pela primeira vez como domínio principal; e, mudanças na metodologia de avaliação, com a introdução do teste adaptativo.

A avaliação de leitura no computador, e em outros suportes digitais como o celular, implicou o aparecimento de uma grande variedade de estruturas e de formatos de textos incluídos no quadro conceitual de avaliação do letramento de leitura do PISA 2018. A ênfase em textos de múltiplas fontes – compostos por várias unidades de texto de diferentes autores, assim como a introdução do teste adaptativo, permitiram ampliar o leque de processos e de estratégias de leitura e aumentar o nível de dificuldade das tarefas, sobretudo tarefas de alta complexidade para os alunos que demonstram elevada proficiência em leitura. Por outro lado, a introdução de itens para avaliar a fluência de leitura – ou seja, a avaliação da facilidade e eficiência com que os alunos conseguem ler textos – permitiu aferir melhor os desempenhos dos alunos com menor proficiência em leitura (**PISA 2018 Results, What Students Know and Can Do, OECD, 2019, capítulo 2; tradução livre**).

Em 2000 e em 2009 a avaliação do letramento de leitura como domínio principal foi desenvolvida em papel; em 2018 foi desenvolvida em provas digitais. Esta alteração do suporte de leitura exige dos alunos o domínio de algumas competências digitais, que estão detalhadas no capítulo 1 (volume 1, PISA 2018) sobre a nova Matriz de Leitura do PISA. A leitura dos textos requer, por exemplo, que os alunos utilizem um conjunto de ferramentas de navegação, pois nem sempre é possível colocar um texto numa única página da tela. Por outro lado, a avaliação no computador possibilitou a criação de um conjunto de itens novos (itens interativos que permitem realizar simulações e gerar informações que auxiliam os estudantes a desenvolver respostas) e permitem também aos estudantes mobilizar de outro modo os processos cognitivos contemplados nos modelos conceituais anteriores de avaliação da leitura (PISA 2000; PISA 2009).

Uma outra alteração relevante no PISA 2018 diz respeito à introdução do teste adaptativo na avaliação de leitura que requer a realização da avaliação em formato

eletrônico. De forma simplificada, o teste adaptativo permite que um aluno veja e responda a itens de acordo com o seu desempenho em itens anteriores. Ou seja, em vez de blocos de itens fixos ou pré-determinados, o teste é dinâmico e determinado pelo desempenho do aluno. Embora inicie o teste a partir de uma plataforma comum, o aluno é conduzido ao longo do teste para itens de níveis de maior dificuldade, de acordo com o desempenho demonstrado em avaliações anteriores.

Esta nova metodologia permite diferenciar de forma mais precisa os resultados dos alunos que apresentam desempenhos nos extremos da escala de proficiência em leitura, ou seja, alunos com resultados mais elevados e alunos com resultados mais baixos. Nos ciclos anteriores ao PISA 2018, os itens foram desenhados para aferir o desempenho dos alunos com pontuações em torno da média da OCDE (500 pontos – o que equivale a um desempenho médio). A inexistência de itens adequados para medir o desempenho de alunos com níveis de proficiência nos extremos da escala poderia, eventualmente, enviesar a medição do desempenho em direção à média.

A escala do PISA varia entre 0 e 1000 pontos, com um valor médio de 500 pontos e desvio-padrão de 100 pontos. A configuração da escala foi estabelecida em 2000, no primeiro ano de aplicação do estudo. No PISA, a validade e a confiabilidade das escalas de avaliação são reforçadas cada vez que um dos domínios é avaliado como domínio principal, ou seja, de nove em nove anos. Desta forma, também as análises das tendências evolutivas realizadas de três em três anos são mais robustas.

Os estudos de avaliação de aprendizagens dos alunos de larga escala por amostragem baseiam-se na Teoria de Resposta ao Item/TRI, em procedimentos complexos associados à definição dos métodos de amostragem, ao desenho do teste e à estimação da pontuação ou score que avalia o desempenho dos alunos.

O PISA avalia letramentos, ou seja, avalia o que um indivíduo sabe e é capaz de fazer sobre determinado assunto ou sobre certa área do conhecimento. O objeto da avaliação do PISA é constituído por conhecimentos e competências próprios da leitura, da matemática e da ciência, identificados como fundamentais para uma intervenção plena dos indivíduos nas sociedades contemporâneas.

A importância atribuída pelo PISA ao letramento para o desenvolvimento pessoal de cada um, sua realização e plena participação econômica e social no mundo da vida, faz com que o PISA avalie não apenas conhecimentos e competências associados à execução de tarefas, mas também os conhecimentos e competências que estão associados à capacidade de um indivíduo em tomar decisões. Esta característica influencia a natureza dos itens que fazem parte do teste PISA. Estes variam entre questões que têm uma única resposta correta e questões que pressupõem a reflexão e a avaliação do material do teste, aceitando mais do que uma resposta correta; além disso, as questões abrangem uma variedade de processos cognitivos, específicos de cada um dos domínios.

Do ponto de vista conceitual, as definições de letramento avaliadas pelo PISA remetem para os documentos referenciais do ciclo de 2000. Contudo, as matrizes e referenciais do PISA têm sido continuamente revistas a fim de integrarem a evolução do conhecimento e a emergência de novas competências, aspecto fundamental para manter os referenciais da avaliação PISA em sintonia com as mudanças das sociedades contemporâneas, nesta era digital.

Em 2018, o conceito de letramento de leitura foi revisto, em grande parte para responder aos efeitos da tecnologia no ato de leitura. Desde 2009, a disponibilização de

textos em formato digital generalizou-se, as suas origens são múltiplas e de credibilidade diversa. Isso obriga o leitor a comparar fontes de informação, a avaliar a correção e a veracidade dos conteúdos, a distinguir fatos de opiniões e a lidar com a ambiguidade. Também mudaram as situações em que os cidadãos enfrentam para mobilizar as competências de leitura no seu cotidiano, que são cada vez mais complexas.

Assim, o quadro conceitual da avaliação da leitura no PISA 2018, mantendo o essencial da matriz utilizada em 2009, foi revisto considerando a abrangência do conceito de leitura, os processos cognitivos envolvidos, a continuidade da comparação entre os resultados das várias edições do PISA e a alteração do suporte de aplicação do teste, passando a ser aplicado no computador, testes adaptativos e assim por diante.

Este breve resumo das alterações introduzidas nas Matrizes de Leitura do PISA, desde a sua primeira edição em 2000, indicam com clareza a necessidade de atualização, revisão e aperfeiçoamento das matrizes das avaliações nacionais em larga escala, no Brasil. Mais que isso, mostram o rigor e a complexidade das mudanças introduzidas com base em estudos robustos de revisão das matrizes; revisão dos documentos conceituais; inovações tecnológicas; preparação de documentos detalhados; cuidados na aplicação e na comunicação com os países participantes; previsibilidade das mudanças e contínuos investimentos em pesquisa e desenvolvimento dos processos avaliativos.

São lições importantes que podem inspirar o Brasil nesta etapa de alinhamento das avaliações nacionais à BNCC e ao novo Ensino Médio.

## **8. CONTRIBUIÇÕES RECEBIDAS NAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS DA COMISSÃO DO ENEM**

O CNE por meio da Comissão de Avaliação da Educação Básica, realizou várias **audiências** (VER RELATÓRIOS DAS AUDIÊNCIAS DA COMISSÃO) com entidades representativas da Educação Básica e do Ensino Superior, no sentido de colher subsídios para a elaboração deste Parecer. A seguir são destacadas algumas contribuições recebidas por escrito.

Gostaria de fazer um destaque especial às contribuições recebidas do Instituto Itaú Educação e Trabalho/IET, que realizou vários debates sobre o futuro do ENEM e patrocinou estudos que ajudaram a desenvolver a organização deste parecer ( Deschamps, 2021; Vozes da Educação, 2021; Reúna, 2021).

A Federação Nacional das Escolas Particulares - FENEP encaminhou as seguintes contribuições:

Em quaisquer de suas versões, as matrizes do ENEM devem desenhar os seus contornos ao estabelecido pela BNCC. A investigação do domínio das competências e habilidades estabelecidas deve se dar dentro do repertório convencional e previsto no Art.32 da Resolução CNE/CEB n° 03/2018 e na Resolução CNE/CP n° 04/2018, e se ater ao que todo e qualquer estudante brasileiro precisa saber.

A necessidade do grupo responsável pelo ENEM de utilizar a Portaria MEC n° 1432/2018, que estabelece os referenciais para elaboração dos itinerários formativos conforme preveem as Diretrizes Nacionais do Ensino Médio, para a produção das matrizes referentes à segunda etapa do ENEM.

Entendemos que a escolaridade proporcionada aos alunos terá muito a se beneficiar na medida em que se intensifique o uso de Itens abertos/questões dissertativas.

Sendo a fluência textual um importante objetivo da escolaridade, haverá um ganho significativo se o modelo de provas do ENEM vier a contribuir e induzir esse desenvolvimento.

No que se refere à avaliação da Formação Geral Básica, parece haver razoável convergência e consenso acerca da matriz da primeira fase do ENEM.

A complexidade reside na segunda fase do exame, que avalia os Itinerários Formativos. Solicitamos que o foco da avaliação esteja nas Trilhas de Aprofundamento, pois o Projeto de Vida e as Eletivas referem-se às especificidades de cada estudante e de cada Projeto Político Pedagógico.

#### Já o Todos pela Educação apontou:

1. A importância de que a 2ª etapa do exame esteja articulada aos referenciais curriculares dos estados e alinhada aos desafios da implementação do novo ensino médio pelas redes estaduais, para que a segunda etapa não segregue e nem gere exclusão.
2. O 5º itinerário precisa ser incorporado de alguma forma na 2ª etapa do Enem para não gerar exclusão ao acesso ao ensino superior aos alunos que optarem pela educação técnica e profissional.

Por meio de uma Nota Técnica, intitulada o Futuro dos Jovens, a SOMOS Educação apresentou as seguintes reflexões:

De maneira que acreditamos que o caráter de ENEM deva manter-se como o de seleção para ingresso no Ensino Superior, e não de avaliação diagnóstica da aprendizagem. Acharíamos pertinente que a manutenção da função de seleção para ingresso no Ensino Superior do ENEM fosse mantida, deixando-se a função diagnóstica da educação básica ao SAEB.

Desde sua criação, o ENEM manteve o foco no desenvolvimento de competências e habilidades cognitivas, das mais simples às mais complexas, que perpassam os objetos do conhecimento.

Este mesmo conceito está presente na BNCC onde competência é descrita como “a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho” (BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: 2018, p. 8).

Podemos ver como a sinergia destas competências do ENEM com as dez competências gerais da BNCC é clara, inclusive explicitada nos seus documentos-base.

Desse modo, recomendamos que os pressupostos teóricos sejam mantidos e atualizados, não apenas como forma de reiterar a identidade do exame, mas também de avaliar os objetos de conhecimento de maneira contextualizada e aplicada, além de propor inter-relações entre os diferentes componentes.

Considerando o êxito e a importância das matrizes do PISA, tomamos tais documentos como referência para sugerir que, nas novas matrizes do Enem, estejam explícitos os domínios abordados no exame.

Dessa forma, compreendendo que uma avaliação como o ENEM não pode contemplar toda a abrangência das diferentes áreas do conhecimento e da formação técnica profissionalizante, defendemos que devem estar explícitos na matriz os objetos do conhecimento a serem abordados nos itens.

Tal transparência mostra-se fundamental para garantir que os currículos das redes e das instituições escolares não sejam sobrecarregados pela tentativa de abarcar todos os objetos de conhecimentos supostamente validados pela “tradição”. Sem certa previsibilidade e razoabilidade sobre os objetos do conhecimento a serem abordados nos itens, e tendo em mente o efeito do ENEM como um indutor de currículos, tememos um cenário nocivo na Educação Básica, em que o “conteudismo” seja um entrave para oportunizar os tempos

necessários ao desenvolvimento de habilidades e competências – sobretudo as mais complexas.

Finalmente, a inclusão dos objetos de conhecimento, evitando propostas generalistas ou excessivamente conteudistas, tende a minimizar o efeito que a diversidade socioeconômica e cultural que um país continental como o Brasil busca superar em um exame como o ENEM – movimento já iniciado com a implementação da Base Nacional Comum Curricular e com a reforma do Ensino Médio.

Considerando que as aprendizagens previstas para a FGB correspondem às habilidades da BNCC e, ainda, que esta é resultado de acúmulos na educação brasileira dos quais o mesmo ENEM é um dos herdeiros, parece razoável que a atualização do documento não signifique uma ruptura drástica com sua versão anterior.

Quanto à atualização, porém, a urgência nos parece residir na revisão dos objetos do conhecimento.

Considerando os diversos currículos propostos segundo tal horizonte, alinhados ainda às habilidades previstas nos Referenciais curriculares para elaboração de itinerários formativos (homologados na mesma portaria), sugerimos que as matrizes referentes a parte dos itinerários dos currículos não incluam novos objetos do conhecimento, mas sim priorize processos mentais mais complexos – avaliados preferencialmente, mas não exclusiva nem necessariamente, por itens de resposta construída.

Frisamos ainda que, dado o caráter inovador dos itinerários formativos, é desejável que suas matrizes de avaliação sejam o mais detalhadas e explícitas possível. Dessa forma, e uma vez que os domínios e os eixos já estão dados pela legislação, sugerimos que habilidades e descritores explicitem objetos de conhecimento, processos cognitivos e contextos, os quais se entendem neste documento os demais campos como:

- ☐ Conteúdo: conhecimentos essenciais para a compreensão do objeto da avaliação;
- ☐ Processos cognitivos: estruturas mentais do pensamento que serão mobilizadas;
- ☐ Contextos: onde o conteúdo e o processo serão aplicados, perpassando individual/local/nacional/global.

Sobre o domínio técnico profissional, considerando a já mencionada portaria no 1.432/2018 e o Catálogo Nacional de Cursos Técnico (Portaria no 870/2008 do MEC), sugerimos que a prova do ENEM siga o mesmo modelo dos demais itinerários, e que apresente tanto ao estudante do Ensino Médio Regular quanto ao estudante do Curso Técnico a possibilidade de escolher a melhor forma de se preparar para o mundo do trabalho. Teríamos então: uma 1a fase que contemple uma Formação Geral Básica comum, e que, portanto, seria aplicada igualmente a todos os estudantes; e uma 2a fase que seria direcionada à área de interesse do estudante, sem, no entanto, diferenciar entre os alunos do EM Regular e do Técnico, uma vez que este último, caso assim decidisse, poderia concorrer também a uma vaga no Ensino Superior nos mesmos termos que aquele que cursou o Ensino Médio Regular. Ou seja, que opção de prova seja por área de conhecimento e não por especialidade técnica.

#### a) 1a Etapa

Sugerimos a reavaliação do modelo atual, que prevê apenas a aplicação de textos dissertativos-argumentativos, uma vez que a BNCC pressupõe a avaliação do aluno enquanto leitor e produtor de textos multimodais, considerando os diferentes campos de atuação (vida cotidiana, vida pública, práticas de estudo e pesquisa e artístico/literário). Defende-se, no documento, o desenvolvimento de habilidades com base em situações efetivas de comunicação e a produção de textos pertencentes a gêneros que circulam nas múltiplas esferas sociais. Quanto aos gêneros, a BNCC ainda mantém os gêneros impressos tradicionais, como a notícia, reportagem, entrevista, artigo, conto, crônica etc.; mas incorpora, de maneira mais explícita, as habilidades de leitura e escrita em meios digitais, como textos de blogs, podcasts, etc. Assim, nos parece coerente considerar todos esses aspectos na proposta de redação, como forma de avaliar o uso da linguagem de modo contextualizado e voltado à atuação e à intervenção social.

#### b) 2a Etapa

O candidato resolverá as questões dos cadernos que tenham maior aderência em relação ao curso que pretende seguir no ensino superior. No máximo, cada candidato responderá a 2 cadernos de prova combinados.

Tendo em mente as vantagens listadas do modelo TRI, e com o fato de que os principais programas de avaliação, sejam internacionais ou nacionais, utilizam, desde a década de 80, os modelos da TRI, seria proveitoso que o futuro ENEM mantenha a utilização que até agora tem feito do sistema TRI. Acreditamos que isso permitirá manter a excelência estatística que marca o Exame, e que se mostra essencial também para seu integral proveito à educação brasileira.

Finalmente, a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior – ANDIFES destacou, entre outros pontos, a importância que a definição do novo ENEM tem para estabelecer uma ponte entre o ensino médio e o ensino superior.

A nova prova do Enem traria a possibilidade concreta do estabelecimento de uma relação positiva entre o ensino médio e o ensino superior, por meio de um debate focado nas diretrizes da prova. Nesse contexto, a proposta do Ministério da Educação é um chamamento. Um chamamento às IFES para que assumam necessário papel, como entidades autônomas, de protagonistas no processo de repensar o ensino médio, discutindo a relação entre conteúdos exigidos para ingresso na educação superior e habilidades que seriam fundamentais, tanto para o desempenho acadêmico futuro, quanto para a formação humana.

## 9. RECOMENDAÇÕES DE DIRETRIZES PARA O NOVO ENEM.

Segundo várias discussões realizadas pelo CNE e pelo GT do ENEM/MEC com entidades e especialistas, há razoável consenso quanto à manutenção do Enem como exame de seleção ao ensino superior. As entrevistas realizadas com especialistas em avaliação, assim como documentos de diferentes entidades representativas da educação pública e particular, encaminhados ao CNE, indicam a importância da finalidade do ENEM como instrumento de seleção nacional de estudantes ao ensino superior.

De outro lado, a legislação do Novo Ensino Médio, explicitada na introdução deste parecer, estabelece dispositivos que não deixam dúvidas acerca da organização do exame em duas etapas. A primeira com foco na avaliação da formação geral básica, obrigatória para todos os estudantes, e a segunda organizada com o objetivo de avaliar os itinerários de aprofundamento curricular. A questão central é definir as diretrizes do Novo Enem de modo a orientar o desenvolvimento das Matrizes de Avaliação sob a responsabilidade do Inep.

De acordo com Saldivia e Gonzalez <sup>8</sup>, entende-se por *Avaliação um conjunto de métodos, procedimentos e instrumentos que nos dizem o que os participantes sabem e são capazes de fazer em um determinado domínio de interesse... O desenho de uma avaliação deve ser guiado, em última análise, pelos objetivos do reporte de resultados e por seu propósito geral.*

---

<sup>8</sup> Gonzalez, E. e Saldivia, L. **RECOMENDAÇÕES PARA O FUTURO DAS AVALIAÇÕES NACIONAIS NO BRASIL: PRINCETON, ETS ( SETEMBRO DE 2021).** DOCUMENTO ENCOMENDADO PELO MOVIMENTO PELA BASE.

Os autores ressaltam que, definido o propósito da avaliação e seus objetivos, é preciso especificar com clareza o conteúdo a ser avaliado, as matrizes, para apoiar as interpretações pretendidas de acordo com as pontuações e refutar interpretações indesejadas. A validade de uma avaliação depende muito de um conteúdo bem definido e dos métodos utilizados: “Não há modelo psicométrico capaz de salvar uma avaliação com conteúdo mal definido”. Quando o objetivo é avaliar e tomar decisões sobre um indivíduo, como num processo seletivo de acesso ao ensino superior, é preciso otimizar o que sabemos sobre cada um dos indivíduos afetados pelas decisões tomadas. E isso só é possível pela qualidade das informações coletadas. Neste sentido, para tomar decisões sobre os indivíduos, é preciso garantir a qualidade dos testes e questionários contextuais aplicados.

A literatura propõe várias abordagens para delinear o conteúdo de uma avaliação. Segundo os autores, o modelo de Desenho Centrado em Evidências, ou *Evidence-Centered Design/ECD* (Mislevy et al., 2003) requer coletar informações substanciais sobre o domínio de interesse que terão implicações diretas na avaliação (Análise do Domínio) e nos principais aspectos do domínio quanto ao argumento de avaliação (Modelagem do Domínio): *mesmo nos casos em que o domínio pretendido deriva de uma base curricular ou de competências, as etapas para garantir que tal domínio seja bem compreendido e possa ser representado corretamente na avaliação são essenciais para a validade da avaliação*. E como nem todas as bases curriculares ou de competências fornecem detalhes suficientes sobre as especificações de suas expectativas, os desenvolvedores de avaliações deverão fornecer especificações que garantam uma representação válida das expectativas pretendidas.

O modelo ECD foi traduzido por Francisco Soares<sup>9</sup> como Planejamento Centrado em Evidências—PCE. Segundo Soares:

*O PCE consiste em um processo lógico e sistemático de criação de uma avaliação educacional. A primeira etapa do PCE é a fixação dos objetivos de aprendizagem que serão o objeto da avaliação. Por exemplo, o interesse pode ser, como no SAEB, o de medir a proficiência leitora de um estudante. Para isso é preciso definir os objetivos de aprendizagem que informam sobre este construto, o que no Brasil é conhecido como “matriz de avaliação”.*

*Em seguida explicitam-se os conhecimentos e as competências específicas exigidas para a sua aquisição de cada aprendizado considerado. A principal consequência desta análise é a definição do que deve ser aceito como evidência do aprendizado de cada objetivo. Por exemplo, em Leitura, para um objetivo como “Distinguir fato de opinião” é preciso explicitar quais as evidências serão aceitas para se afirmar que um estudante atingiu este objetivo. Embora este objetivo esteja presente em todos os anos escolares, as evidências a serem aceitas devem ser mais completas e complexas nos anos escolares mais avançados. Neste processo, as taxonomias SOLO<sup>10</sup> ou a DOK<sup>11</sup> podem ajudar, já que classificam as evidências em níveis crescentes de complexidade.*

*A segunda etapa do PCE é a definição de modelos de itens ou tarefas a serem utilizados nos testes. Muitos objetivos de aprendizagem só podem ser verificados com itens de*

---

<sup>9</sup> Jose Francisco Soares. **Um Novo Ciclo de inovação na Avaliação Educacional é preciso**. Paper não publicado.

<sup>10</sup> <https://www.johnbiggs.com.au/academic/solo-taxonomy/>

<sup>11</sup> Webb, Norman L. "Depth-of-knowledge levels for four content areas." *Language Arts* 28, no. March (2002).

*resposta construída, que exigem a construção de rubricas avaliativas para sua correção. O PCE termina com a montagem do teste, quando as considerações de tempo e a escolha dos itens que serão aplicados a cada estudante são tratadas, além da metodologia de produção da medida síntese e, finalmente, o desenho de um processo de devolutivas pedagógicas.*

Exames de seleção de alunos são implementados em muitos países como um meio mais válido e eficiente de selecionar, de forma justa, os candidatos com maior probabilidade de sucesso na faculdade ou para complementar a decisão de seleção. O propósito de uma prova de seleção deve deixar sua finalidade muito clara e ser amplamente comunicado ao público em geral. Os responsáveis pelo exame de seleção devem divulgar documentos com o Propósito, a População alvo e os Construtos a serem medidos de modo que os responsáveis pela avaliação “saibam o que a avaliação pretende medir, as características dos participantes e como a avaliação deve ser usada”, para selecionar de forma justa e transparente os participantes do exame. Diferentes atividades podem ser realizadas para identificar e descrever o domínio de uma avaliação de seleção de alunos como o ENEM. Essas atividades devem incluir necessariamente consultas com especialistas em currículo e avaliação.

Considerando os estudos nacionais e internacionais indicados neste parecer, os trabalhos do GT do ENEM coordenado pelo MEC e os debates realizados pela Comissão Bicameral de Avaliação da Educação Básica, desde meados do ano de 2020, propomos as seguintes recomendações:

1. A finalidade do ENEM, exame de caráter voluntário, é avaliar egressos do ensino médio com o propósito de selecionar estudantes para o acesso ao ensino superior e deverá realizar-se em duas etapas.
2. A primeira etapa, obrigatória para todos os candidatos, deverá avaliar as competências e habilidades das quatro áreas de conhecimento que constituem a formação geral básica dos currículos do Novo Ensino Médio, de acordo com as diretrizes da BNCC, e uma redação.
3. Recomenda-se que a primeira etapa do ENEM, a avaliação da formação geral, adote uma abordagem interdisciplinar e contextualizada no desenvolvimento das matrizes e do banco de itens das 4 áreas do conhecimento. Sugere-se o modelo do ENEM original e do PISA como referência da elaboração das Matrizes da primeira etapa do ENEM, sob a responsabilidade do Inep.
4. **A segunda etapa do ENEM deverá observar as opções dos estudantes e avaliar os itinerários formativos de aprofundamento curricular, integrados pelos eixos estruturantes dos itinerários, de acordo com as carreiras escolhidas pelos candidatos. Recomenda-se que a estrutura da segunda etapa seja organizada com ênfase nas seguintes carreiras: Área da Saúde e Biológicas; Matemática, Engenharias e Tecnologias; Humanidades, Linguagens e Arte; e, Ciências Sociais Aplicadas. Recomenda-se também a avaliação da Língua Inglesa como língua estrangeira obrigatória na segunda etapa do ENEM.**

Sugere-se a possibilidade de organização de provas em quatro áreas profissionais, a saber:



- Ciências, tecnologia, engenharia e matemática (STEM) que classificaria alunos para cursos das engenharias, química, matemática, física e computação, entre outros.
  - Ciências sociais aplicadas, classificando para cursos de economia, administração, contabilidade, ciências sociais etc.
  - Humanidades, Linguagens e Artes, para cursos de filosofia, história, geografia, artes, letras, pedagogia, entre outras.
  - Ciências biológicas e saúde, que selecionariam candidatos para cursos de medicina, enfermagem, fisioterapia, biologia, meio ambiente, entre outros.
5. Os questionários contextuais aplicados aos estudantes participantes do ENEM deverão ser revistos e incluir informações socioeconômicas e culturais.
  6. Recomenda-se a introdução gradual de provas digitais e de novas tecnologias; plataformas adaptativas; Inteligência Artificial para correção de itens abertos e redação.
  7. Recomenda-se a definição de um processo de transição do ENEM atual para o Novo Enem envolvendo:
    - Elaboração de um plano de curto prazo para 2024 e um plano de médio prazo até 2030;
    - Definição de uma estrutura de governança do Enem, que garanta previsibilidade, transparência e seu contínuo aperfeiçoamento, com a participação de especialistas em currículo e avaliação, entidades representativas da educação básica pública e particular; entidades da educação superior pública e particular; associações científicas, entre outras.
    - Elaboração das novas matrizes do ENEM pelo INEP, com consultas a especialistas em currículo e avaliação do Brasil e de centros internacionais de avaliação; consultas a gestores das universidades e aos responsáveis pela gestão do currículo do ensino médio nas redes estaduais e particulares.
    - Utilização da Teoria de Resposta ao Item, para assegurar a comparabilidade dos testes;
    - Na medida do possível, deve-se permitir a aplicação da prova em tempos diferentes, sendo que o estudante poderia prestar o exame diversas vezes em um mesmo ano. Para tanto, deve-se realizar um esforço para garantir um elevado número de itens o que pode ser alcançado com custo reduzido caso seja possível a não divulgação das questões das provas (o que não é possível atualmente por conta de dispositivo legal que exige a publicação das provas).
    - Divulgação das novas matrizes em 2022, conforme estabelecido na Portaria do MEC.
    - Investimentos permanentes na construção e desenvolvimento do banco de itens.
    - 2024: aplicação do Novo Enem.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei no 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. DOU, Brasília, DF, 17 fev. 2017. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2017/Lei/L13415.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13415.htm) Acesso em: 03 de novembro de 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular: educação é a base. Brasília, DF, 2018. Disponível em: [http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC\\_EI\\_EF\\_110518\\_verseofinal\\_site.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_verseofinal_site.pdf) Acesso em: 03 de novembro de 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CP no 2, de 22 de dezembro de 2017. Brasília, DF, 2017a. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=79631-rcp002-17-pdf&category\\_slug=dezembro-2017-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=79631-rcp002-17-pdf&category_slug=dezembro-2017-pdf&Itemid=30192) Acesso em: 03 de novembro de 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CP no 4, de 17 de Dezembro de 2018. Brasília, DF, 2018a. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=104101-rcp004-18&category\\_slug=dezembro-2018-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=104101-rcp004-18&category_slug=dezembro-2018-pdf&Itemid=30192) Acesso em: 03 de novembro de 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria no 1.432, de 28 de dezembro de 2018. DOU, Brasília, DF, 05 abr. 2019. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=05/04/2019&jornal=515&pagina=94> Acesso em: 03 de novembro de 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria no 411, de 17 de junho de 2021. DOU, Brasília, DF, 18 jun. 2021. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=18/06/2021&jornal=515&pagina=70> Acesso em: 03 de novembro de 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria no 551, de 13 de julho de 2021. DOU, Brasília, DF, 14 jul. 2021a. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=14/07/2021&jornal=515&pagina=47> Acesso em: 03 de novembro de 2021.

BRASIL. MEC/INEP. Diretoria de Avaliação da Educação Básica. **Matriz de Referência para Avaliação do ENEM**. Brasília: INEP, 1.998.

BRASIL. MEC/INEP. Diretoria de Avaliação para Certificação de competências. ENEM-Relatórios Pedagógicos. Brasília: Inep, 1999, 2000, 2001 e 2002.

Castro, Maria Helena G. e Torres, Haroldo. *Dois Décadas no Ensino Médio* in: B. Negri ; Maria Helena G. de Castro e H. Torres : **Educação Básica no Estado de São Paulo, F. SEADE**, S. Paulo, 2015 (cap. 6).

Castro, Maria Helena G. de Castro & Sergio Tiezzi. The Reform of Secondary Education and the implementation of ENEM in Brazil, in: Colin Brock and Simon Schwartzman. The Challenges of Education in Brazil, Oxford Studies in Comparative Education , United Kingdom: Symposium Books, 2004. (cap. 3).

DESCHAMPS, Eduardo. Orientações Metodológicas para a Implantação do Novo Ensino Médio nas Redes de Ensino. Coletânea ANEC: Novo Ensino Médio, pp. 27-37. Brasília, DF : Associação Nacional de Educação Católica do Brasil - ANEC, 2021. Livro eletrônico. Disponível em: <https://anec.org.br/biblioteca/coletanea-novo-ensino-medio/>. Acesso em: 05 de novembro de 2021.

DESCHAMPS, Eduardo. O ENEM e o novo ensino médio. Itaú Educação e Trabalho. SP, 2021. Documento interno.

Fini, M. Inês. Currículo e Avaliação in: B. Negri; M.Helena G. de Castro e Haroldo Torres. EDUCAÇÃO BÁSICA NO ESTADO DE SÃO PAULO, F. Seade, 2015. ( cap.13)

INSTITUTO REÚNA. Itinerários Formativos do Novo Ensino Médio: estado da arte e insumos para as políticas nacionais de avaliação da etapa. Relatório Técnico. **Itaú Educação e Trabalho**. SP, 2021. Disponível em: <https://www.institutoreuna.org.br/projeto/Itinerários-Formativos-do-Novo-Ensino-Médio> Acesso em: 03 de novembro de 2021.

OECD. PISA 2018 Results. 2018. Disponível em: <https://www.oecd.org/pisa/publications/pisa-2018-results.htm>. Acesso em: 03 de novembro de 2021.

PAIM, J.H.; Ferreira, M.M. (org.). Os desafios do ensino médio. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018.

PAIM, J.H.; Ferreira, M.M; Nogueira, J.F.F. (org.). O novo ensino médio e os itinerários formativos. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2020.

Saldivia e Gonzalez (2021).

Soares, J. F. (2019). Inovação nas avaliações.

VOZES DA EDUCAÇÃO. Avaliações de acesso ao ensino superior: um olhar para seis países. Relatório Técnico. **Itaú Educação e Trabalho SP, 2021**. <https://observatorioept.org.br/conteudos/avaliacoes-de-acesso-ao-ensino-superior-um-olhar-para-seis-paises>.